

A EXPERIÊNCIA DO PROJETO GATI EM TERRAS INDÍGENAS

CACHOEIRINHA
JAGUAPIRÉ
LALIMA
PIRAKUÁ
SASSORÓ
TAUNAY IPEGUE

NÚCLEO REGIONAL
PANTANAL/CERRADO



PROJETO GESTÃO
AMBIENTAL E
TERRITORIAL
INDÍGENA

PRESIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Artur Nobre Mendes

DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT
Walter Coutinho Jr.

DIRETORIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DPDS
Patricia Chagas Neves

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - DAGES
Janice Queiroz de Oliveira

UNIDADE DE GESTÃO DO PROJETO GATI

DIRETORA NACIONAL DO PROJETO - DPDS/FUNAI
Patricia Chagas Neves

COORDENADOR NACIONAL DO PROJETO - CCGAM/FUNAI
Fernando de Luiz Brito Vianna

OFICIAL DE PROJETO DO PNUD
Rose Diegues

COORDENADOR TÉCNICO DO PROJETO - PNUD
Robert Pritchard Miller

COORDENADOR DE PGTA - PNUD
Ney José Brito Maciel

COORDENADORA FINANCEIRA DO PROJETO - CCGAM/FUNAI
Valéria do Socorro Novaes de Carvalho

ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS - CCGAM/FUNAI
Caio César de Sousa de Oliveira
Sofia Morgana Siqueira Meneses

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

N964

Núcleo Regional Pantanal/Cerrado / Eliel Benites... [et al.]. – Brasília (DF): IEB, 2016. – (A Experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas)
113 p. : 20,4 x 27,4 cm

ISBN 978-85-60443-45-1

1. Gestão territorial e ambiental. 2. Povos indígenas - Brasil.
I. Benites, Eliel. II. Sant'Ana, Graziella Reis de. III. Antonio, Leosmar.
IV. Aguilar, Renata. V. Costa, Renata. VI. Título. VII. Série.

CDD-980.41



FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO DA SISTEMATIZAÇÃO

Andreia Bavaresco - IEB

Marcela Menezes - IEB

Robert Miller - GATI

AUTORIA

Eliel Benites - GATI

Graziella Reis de Sant'Ana - GATI

Leosmar Antonio - GATI

Renata Aguillar - GATI

Renata Costa - GATI

REVISÃO E SISTEMATIZAÇÃO

Andreza Andrade

Luciene Pohl - IEB

Ney Maciel - GATI

MAPAS

Romero Gomes - GATI

FOTOS

Arquivo Projeto GATI

Arquivo Funai

Colaboradores

ARTE

Nina Coimbra

EDITORAÇÃO

Demian Nery e Tiago Trigo (apoio)

O uso de imagens de indígenas das Áreas de Referência para fins de divulgação do Projeto GATI foi acordado nos Termos de Compromisso firmados com as comunidades participantes do Projeto, ao longo de processo de esclarecimento no qual foram estabelecidas as responsabilidades das partes.

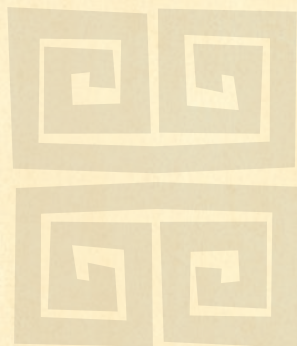
foto-base da pagina anterior:
Colheita de erva-mate durante módulo do curso
Mosarambihára na TI Jaguapiré (2015)

©Ascuri

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------|-----|
| APRESENTAÇÃO | 4 |
| NÚCLEO REGIONAL PANTANAL/CERRADO | 14 |
| TI CACHOEIRINHA | 34 |
| TI JAGUAPIRÉ | 50 |
| TI LALIMA | 64 |
| TI PIRAKUÁ | 76 |
| TI SASSORÓ | 90 |
| TI TAUNAY-IPEGUE | 102 |

APRESENTAÇÃO



O Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) é fruto da reivindicação do movimento indígena para que as políticas públicas reconhecessem o importante papel das Terras Indígenas (TIs) na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade brasileira. O Projeto foi implementado entre os anos de 2010 e 2016 em 32 Terras Indígenas distribuídas em todo o território nacional. Foram realizadas ações voltadas à gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas em temáticas que variaram desde a recuperação de áreas degradadas, segurança alimentar, agroecologia, formação para gestão territorial indígena, governança e participação indígena e construção de instrumentos participativos de planejamento do uso dos recursos naturais das Terras Indígenas.

As temáticas ambientais e o movimento indígena iniciam uma aproximação na ECO 92, importante reunião que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, para discutir o futuro do meio ambiente em todo o mundo. Vários representantes indígenas participaram desse encontro e começaram a acompanhar e participar das discussões sobre meio ambiente e biodiversidade. Em 2002, dez anos depois da ECO92, o governo brasileiro elaborou a Política Nacional da Biodiversidade-PNB. Os povos indígenas brasileiros participaram ativamente da elaboração dessa política por meio de seus movimentos e associações. Foi um marco importante para os povos indígenas que a partir daí incorporaram a agenda ambiental em suas pautas e lutas. Nesse momento o movimento indígena brasileiro começa a participar de forma mais ativa na elaboração e no acompanhamento das políticas ambientais brasileiras. Também em 2002, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), junto com representantes indígenas, elaboram o Plano de Ação de Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas.

Plenária do evento de consulta do Projeto GATI, realizado em Itamaracá - PE (2008)

Em 2004, em outro importante encontro, a 7ª Conferência das Partes (COP/CDB)¹, o Brasil se comprometeu a implementar um programa de trabalho sobre áreas protegidas. Esse programa teve entre seus objetivos reconhecer o papel das comunidades indígenas na conservação da natureza e também a necessidade de apoio financeiro para as práticas sustentáveis do uso dos recursos naturais desenvolvidos pelos povos indígenas. Após esse acordo o MMA elaborou o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) que envolve também as Terras Indígenas.

Nesse período, o movimento indígena demanda do governo um projeto mais abrangente para as Terras Indígenas brasileiras. A reivindicação era que se elaborasse um projeto que atendesse aos desejos dos povos indígenas e aos compromissos assumidos pelo governo em suas políticas ambientais. Em 2003 e 2004 diversas lideranças indígenas articularam com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o apoio para elaborar um projeto de proteção e apoio a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas. Em 2005 foi criado um Grupo de Trabalho (GT) no Ministério do Meio Ambiente, formado por indígenas, representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O objetivo do grupo de trabalho foi elaborar uma proposta de projeto para o Fundo para o Meio Ambiente Mundial, o Global Environment Facility (GEF). Naquela época, o Brasil já contava com financiamento do GEF para projetos em vários biomas, mas nada específico para Terras Indígenas.

Em 2008, com as principais ideias e a estrutura de um projeto formulados, foram realizadas cinco consultas regionais aos povos indígenas. Foi nessas consultas, que tiveram participação ativa dos indígenas das regiões, que se chegou à proposta final do Projeto. Essa proposta foi encaminhada ao GEF em maio de 2009 e foi aprovada em agosto do mesmo ano. As consultas regionais também definiram as “Áreas de Referência”, que são Terras Indígenas distribuídas nos cinco biomas florestais brasileiros e onde o Projeto focaria suas ações.

¹ As Conferências das Partes, mais conhecidas como COPs/CDB, atualmente acontecem a cada dois anos em diferentes países, para discutir os encaminhamentos, pesquisas e discussões que acontecem em todo o mundo sobre as questões ambientais. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um tratado da Organização das Nações Unidas e um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente. Foi estabelecida durante a ECO-92 – a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992 – e é hoje o principal fórum mundial para questões relacionadas ao tema. Mais de 160 países já assinaram o acordo, que entrou em vigor em dezembro de 1993.





Projeto GEF Indígena
Oficina de Consulta
27 de Setembro de 2008
14h às 18h

Handwritten notes on a whiteboard, including the word "GEE" and other illegible text.

BAD BOY



No final dos trabalhos do GT, foi acordado um projeto com o objetivo geral de:

promover a contribuição das TIs como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros, fortalecendo as práticas tradicionais indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais, e promovendo também o protagonismo indígena na construção de políticas públicas de gestão ambiental e territorial de TIs, fomentando assim a proteção e a segurança dos meios de vida desses povos.

O projeto foi desenhado para atuar em nível nacional, regional e local, por meio de três linhas gerais, ou resultados, que são:

- *Resultado 1: Mecanismos e ferramentas que permitem reconhecer e fortalecer a contribuição das TIs do Brasil para a conservação de recursos naturais, biodiversidade florestal e seus serviços ambientais desenvolvidos.*
- *Resultado 2: Uma rede de TIs servindo de modelo de práticas de etnogestão ambiental destinada à conservação ambiental em diferentes biomas florestais está funcionando e sendo administrada de forma efetiva pelos povos e organizações indígenas.*
- *Resultado 3: Modelos de gestão florestal sustentáveis e replicáveis, baseados em princípios de etnogestão, estão implementados como pilotos em Áreas de Referência de diferentes biomas florestais.*

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO GATI

Iniciando suas ações em 2010, o Projeto foi executado pela Funai em parceria com organizações indígenas regionais, Ministério do Meio Ambiente (MMA), The Nature Conservancy (TNC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e GEF.

AS INSTÂNCIAS DE PROTAGONISMO E GOVERNANÇA INDÍGENA NO PROJETO GATI

Uma das marcas do Projeto GATI foi a participação indígena. Desde o início de sua elaboração, até a sua implementação, a participação indígena foi incentivada e apoiada. As visões dos povos indígenas sobre a gestão de suas terras, em todos os aspectos, desde a questão social à questão econômica, foram discutidas amplamente pelos participantes indígenas do Projeto.

O processo de implementação do Projeto GATI abrangeu vários momentos de consulta e debate com representantes das organizações indígenas e das Áreas de Referência, desde o Seminário Nacional (em Dezembro de 2010), os Seminários Regionais, realizados no primeiro semestre de 2011 e, posteriormente, as reuniões de esclarecimento nas TIs.

Dentro de sua estrutura, o Projeto contou com várias instâncias de participação indígena na tomada de decisões e monitoramento, começando por seu Comitê Diretor, com composição paritária, sendo dividido igualmente entre representantes das organizações indígenas que participaram da elaboração do Projeto GATI e de governo (Funai, MMA e ICMBio).

Em nível regional, o Projeto criou Conselhos Regionais, também paritários, que juntaram representantes das Áreas de Referência, Funai e ICMBio local e regional, e instituições parceiras. Para facilitar a implementação do Projeto, as Áreas de Referência foram organizadas em oito Núcleos Regionais:

AMAZÔNIA CENTRAL/OCIDENTAL

AMAZÔNIA/CERRADO

AMAZÔNIA ORIENTAL

MATA ATLÂNTICA SUDESTE

MATA ATLÂNTICA SUL

NORDESTE 1

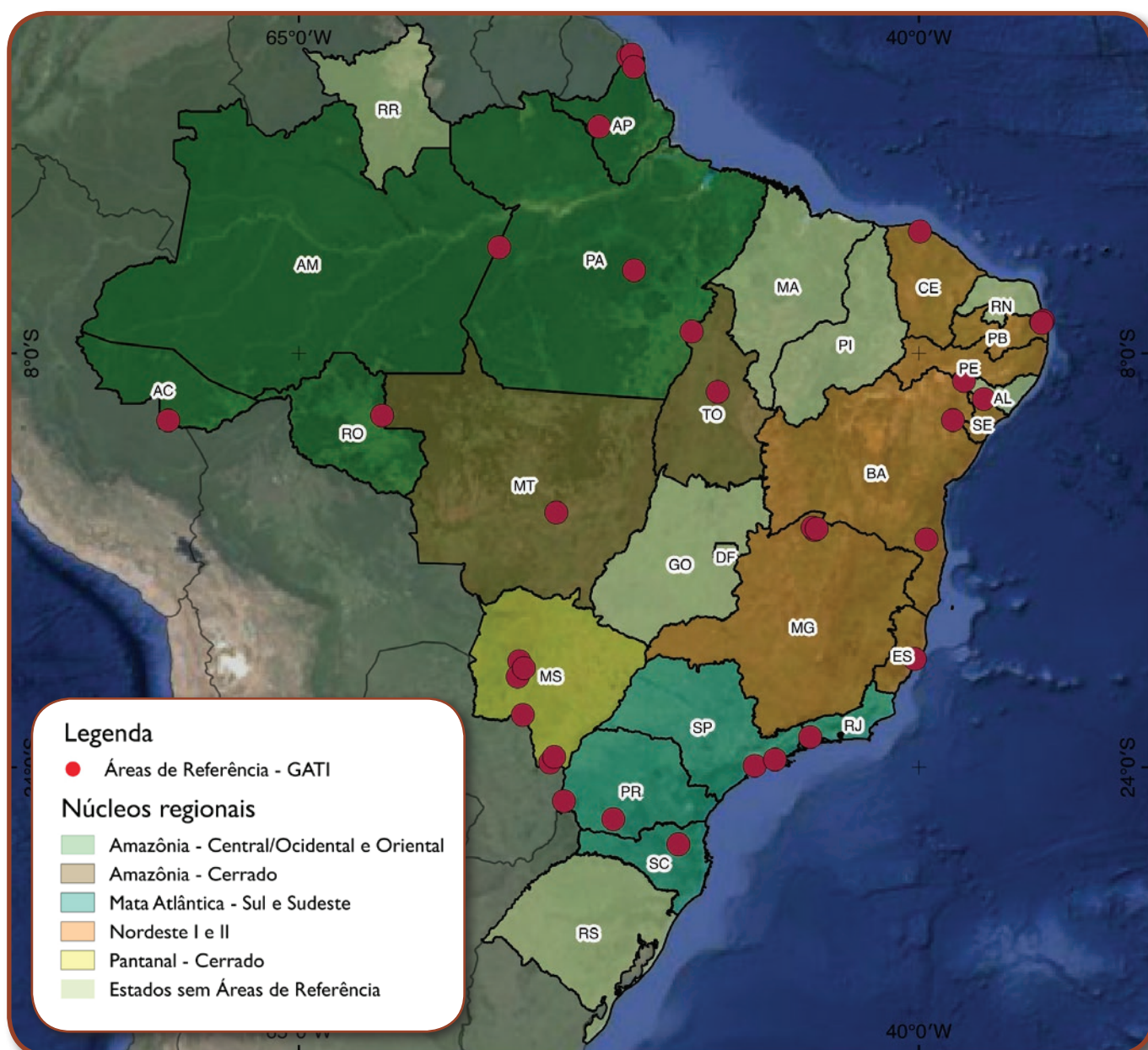
NORDESTE 2

PANTANAL/CERRADO



SOBRE A COLEÇÃO "A EXPERIÊNCIA DO PROJETO GATI EM TERRAS INDÍGENAS"

Núcleos Regionais do Projeto GATI



A coleção “A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas” reúne informações sobre as experiências de gestão territorial e ambiental indígena apoiadas pelo Projeto GATI nas 32 TIs ao longo dos seus 5 anos de implementação. Essas publicações buscam mostrar um pouco da riqueza e diversidade de jeitos de fazer gestão territorial e ambiental indígenas em temáticas variadas, como manejo de recursos naturais, atividades econômicas sustentáveis, proteção territorial, segurança alimentar, educação ambiental e muito mais.

Os saberes e conhecimentos indígenas são a base da gestão territorial indígena e são componentes essenciais para a contribuição das TIs à conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros. A Coleção também busca dialogar com os enormes desafios que envolvem a gestão das TIs na atualidade e indica ações que são necessárias reforçar e/ou apoiar para que a gestão territorial indígena promovida pelos povos indígenas envolvidos no Projeto GATI se desenvolva.

Cada capítulo do livro traz a experiência de uma Terra Indígena, contando um pouco da história daquele território, do seu povo e principalmente das ações que o Projeto GATI apoiou. Por fim, apresentamos os indicativos de gestão ou os próximos passos, que são as ações que ainda precisam ser desenvolvidas para consolidar a gestão territorial e ambiental dessas Terras Indígenas.

Esta Coleção foi elaborada a partir das informações contidas nos relatórios produzidos pelos vários consultores contratados pelo Projeto GATI para trabalhar nas TIs e que compõem o acervo do Projeto GATI. Foram também usadas informações de pesquisadores que já trabalharam junto a esses povos, depoimentos de indígenas que estiveram envolvidos na implementação do Projeto, os projetos elaborados pelas associações indígenas e os documentos base do Projeto GATI. É um resumo de tudo o que foi realizado nas Áreas de Referência pelo Projeto, em parceria com os povos indígenas, ao longo desses anos.

Esta Coleção de publicações complementa a outra série temática sobre o Projeto GATI. Formação, Participação Indígena, Gestão, Instrumentos de Gestão Territorial e Ambiental e Agroecologia são os temas tratados na série **“Projeto GATI - 2010-2016: balanço de uma experiência em escala nacional de apoio à gestão ambiental e territorial de Terras Indígenas”**.

Esperamos que a Coleção ajude a divulgar as ações de gestão territorial e ambiental que já são praticadas pelos povos indígenas há muito tempo, mas que precisam de apoios e parcerias, como promovido pelo Projeto GATI, para que continuem e cresçam.

Esses materiais foram elaborados para que as comunidades indígenas possam conhecer e conversar sobre essas informações, planejarem futuras ações, para que professores e professoras utilizem nas escolas, para que as lideranças e as comunidades em geral possam reivindicar seus direitos e buscar subsídios para darem continuidade a suas ações de gestão territorial indígena.

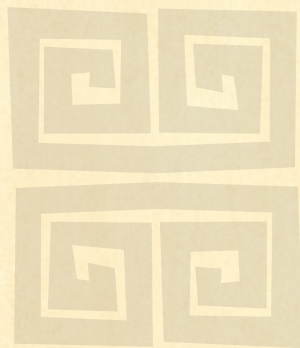




Conselheiros e consultores do GATI, no Núcleo Regional Pantanal/Cerrado (2013)

NÚCLEO REGIONAL

PANTANAL/
/CERRADO

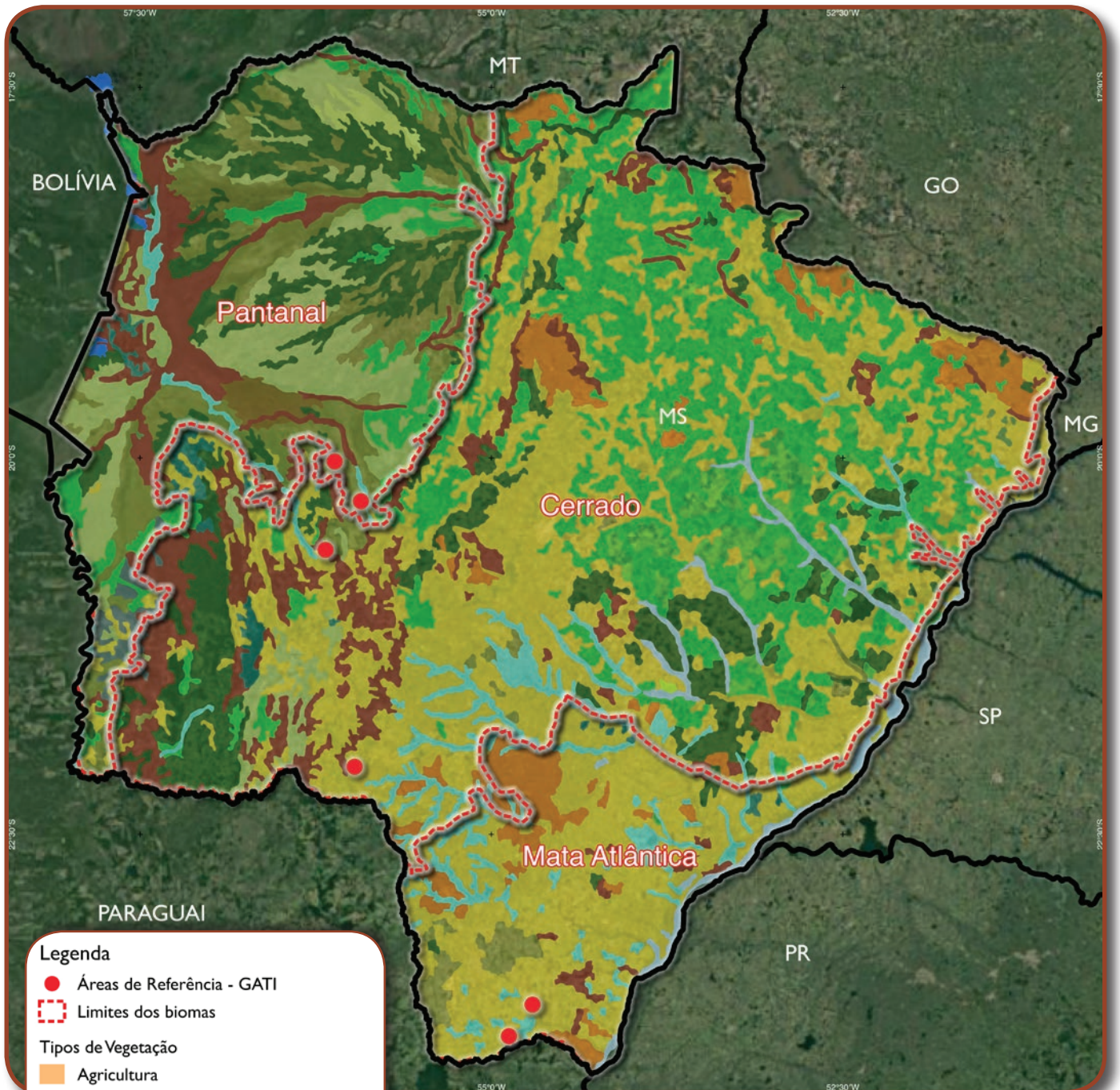


INTRODUÇÃO

A segunda maior população indígena do Brasil encontra-se no estado de Mato Grosso do Sul, onde vivem mais de 77 mil indígenas dos povos Guarani, Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Guató, Ofayé, Kinikinawa e Atikum (IBGE, 2012). Guarani, Kaiowá e Terena são as maiores populações do estado, somando 66 mil pessoas vivendo em Terras Indígenas ou em acampamentos. Grande parte das Terras Indígenas do Estado são pequenas e encontram-se localizadas próximas à fazendas do agronegócio. Essas Terras Indígenas, em sua maioria, possuem populações numerosas e vivem conflitos pelo uso da terra com os fazendeiros da região cotidianamente. Ou seja, a situação de confinamento territorial e insegurança alimentar é uma constante entre os povos indígenas, o que vulnerabiliza ainda mais a gestão de seus territórios.

No MS, as Terras Indígenas ocupam áreas de Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica Interior. A redução do tamanho original das áreas com cobertura vegetal nativa ameaça significativamente a conservação da biodiversidade, dos recursos genéticos e a disponibilidade desses recursos para utilização pelas comunidades. De maneira geral, o estado de conservação das TIs não é adequado para garantir a produção agrícola, a demanda de produtos florestais e as manifestações espirituais diretamente ligadas ao ambiente natural, afetando fortemente a qualidade de vida dessas comunidades.

Existem estudos em andamento para demarcação e/ou ampliação de Terras Indígenas realizados pela Funai, para que os povos indígenas possam ter minimamente o espaço territorial necessário para seu bem-estar. Porém, o quadro de conflitos no Mato Grosso do Sul é muito grave e tem dificultado o andamento desses processos. Em nome da manutenção da produção de grãos e carne bovina, ponto forte da economia do estado, reluta-se em buscar soluções para a falta de terra para as comunidades indígenas.



Legenda

● Áreas de Referência - GATI

▬ Limites dos biomas

Tipos de Vegetação

- Agricultura
- Agropecuária, pastagem
- Arbórea Aberta
- Arbórea Densa
- Ecótono (mistura)
- Enclave/Formações
- Floresta Aluvial
- Floresta das Terras Baixas
- Floresta Submontana
- Gramíneo - Lenhosa
- Influência Fluvial
- Lagoas
- Parque
- Reflorestamento
- Vegetação Secundária

Imagem fundo: Google Satellite - 2016 - QGIS

Vegetação e Biomas do Mato Grosso do Sul (fonte: ZEE/IMASUL, 2009)

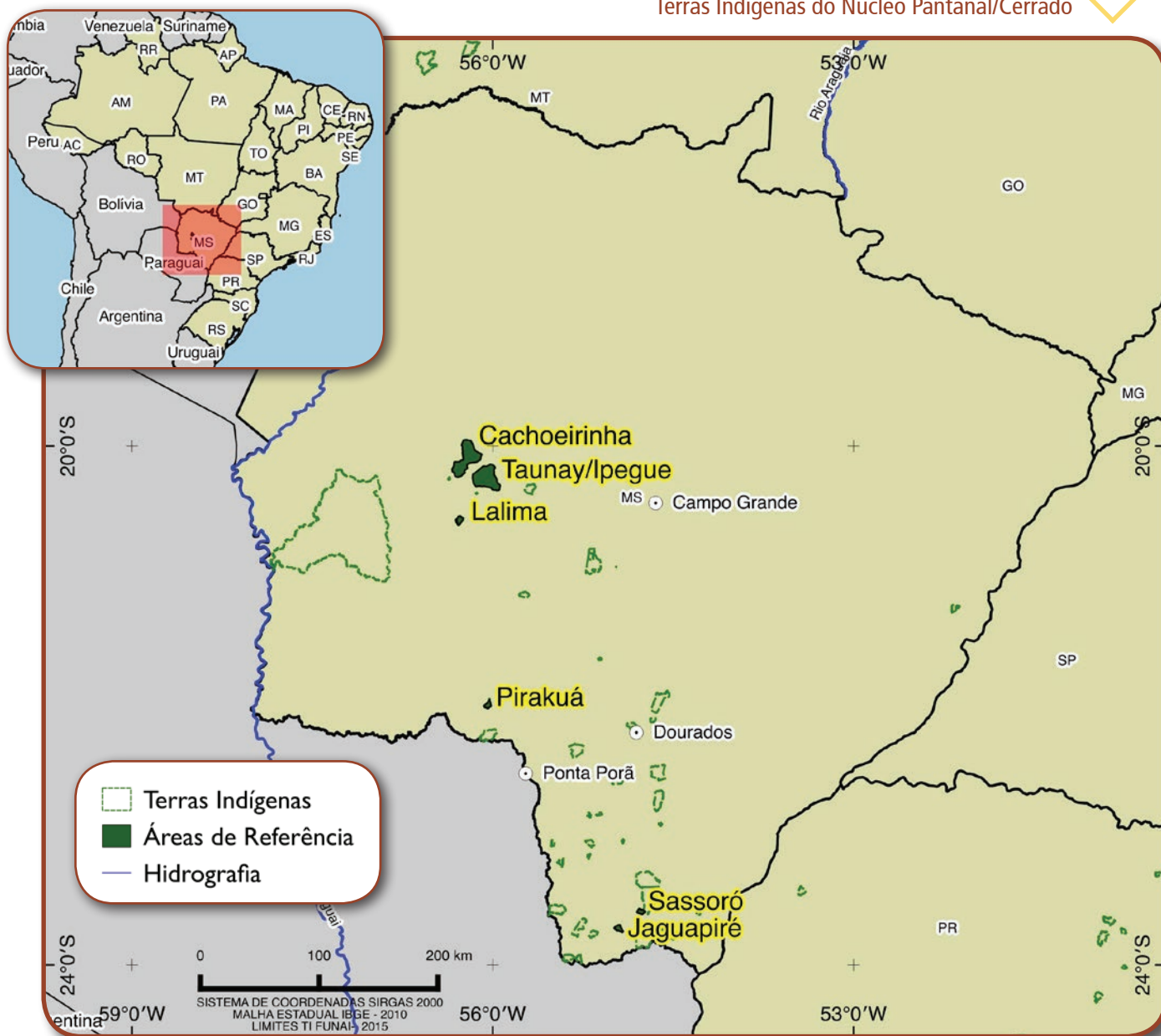
Paisagem na TI Pirakuá com fragmentos de mata associadas com os núcleos familiares Guarani Kaiowá (2015)



HISTÓRICO DO PROJETO GATI NO NÚCLEO PANTANAL/CERRADO

Em 2008 foram realizadas cinco consultas regionais aos povos indígenas em todas as regiões brasileiras para escolha das Terras Indígenas que fariam parte do Projeto GATI. A consulta aos povos do Mato Grosso do Sul foi realizada em Campo Grande, e desta saiu a indicação da TI Lalima, habitada pelo povo Terena, e da TI Pirakuá, habitada pelos Guarani Kaiowá. Outras 4 TIs, Jaguapiré e Sassoró (Guarani Kaiowá) e Cachoeirinha e Taunay-Ipegue (Terena), foram indicadas para fazer parte da “Rede de Experiências do Núcleo Pantanal/Cerrado”.

Terras Indígenas do Núcleo Pantanal/Cerrado



Com o início da implementação do Projeto GATI, e a realização de seminários regionais, sendo um deles realizado em Campo Grande, em junho de 2011, o Comitê Diretor do Projeto estabeleceu o “Núcleo Regional” para organizar o seu trabalho.

Após a definição do núcleo, foi contratada como consultora regional Graziella Sant’Ana e, para os temas de agroflorestas e formação, Jessica Pedreira e Ingrid Weber, respectivamente. Posteriormente, foram contratados Leosmar Antonio e Renata Aguilar.

Os primeiros passos para o desenvolvimento do Projeto GATI no Núcleo Pantanal/Cerrado foram as reuniões de esclarecimento nas Terras Indígenas. Participaram dessas reuniões a consultora regional Graziella Sant’Ana, servidores das Coordenações Regionais de Campo Grande e Ponta Porã, representantes da Funai sede e do Projeto GATI. O principal objetivo foi explicar o Projeto GATI e levantar as demandas e expectativas das comunidades indígenas em relação as ações a serem desenvolvidas.

As reuniões de esclarecimento aconteceram antes da formação do Conselho Regional Deliberativo e foram muito importantes, pois todos conversaram sobre a implementação do Projeto em cada TI e também escolheram representantes indicados pelas comunidades para compor o Conselho.

Após a primeira reunião de instalação do Conselho Regional, em Campo Grande, outras reuniões do Conselho foram realizadas nas TIs. Na reunião que ocorreu na TI Pirakuá entre 22 e 23 de fevereiro de 2013, foi também realizada uma oficina de agrofloresta e uma feira de troca de sementes. Também aconteceu uma reunião do Conselho na TI Sassoró, de 06 a 08 de maio de 2014, que foi um intercâmbio de experiências de ações do Projeto entre os Guarani Kaiowá e os Terena.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DELIBERATIVO

A primeira reunião ordinária do Conselho Regional Deliberativo do Núcleo Pantanal/Cerrado aconteceu nos dias 08 a 10 de Outubro de 2012, em Campo Grande.

- Representantes Indígenas: TI Pirakuá - Marciano Ireno (titular) e Felipe Gomes Ortega (suplente); TI Jaguapiré – João Martins de Souza (titular) e Gilmar Vargas Martins (suplente); TI Sassoró– Zuleine Garay Duarte (titular) e Cléber Montiel Pereira (suplente); TI Taunay/Ipegue – Célio Francelino Fialho (titular) e Valmir José (suplente); TI Lalima– Gilson Pinheiro Gomes (titular) e Amir Vieira (suplente); TI Cachoeirinha – Leosmar Antônio (titular) e Inácio Faustino (suplente); ARPIPAN – Ramão Vieira (titular) e Lisio Lili (suplente).
- Representantes de governo: Funai: CR Campo Grande – Marco Aurélio Milken Tosta (titular) e Jacinéa Martins (suplente); Alexandre Silva Rampazzo (titular) e Luiz Flávio Nunes Couto (suplente); CR Ponta Porã – Juliana Mello Vieira (titular) e Sandra Aguayo (suplente); Mariany Martinez dos Santos (titular) e Paulo Édson Furtado (suplente).

AS TERRAS INDÍGENAS GUARANI KAIOWÁ: JAGUAPIRÉ, PIRAKUÁ E SASSORÓ

Renata Aguilar²

O conceito de “terra Guarani” pode ser compreendido através do *Tekoha*. É a dimensão da mobilidade dos Kaiowá, ou seja, conforme sua mobilidade o Tekoha vai sendo produzido. Isto é, a aldeia onde se realiza o modo de ser, a cultura, o estado de vida.

A limitação de acesso à terra e recursos naturais nas TIs ocupadas pelos Guarani Kaiowa é fruto de um processo histórico que se inicia na Guerra do Paraguai, em 1864. Em seguida, esse processo se dá a partir das ações da Cia. Matte Laranjeira, que explorou a região para o extrativismo de erva mate, empregando neste trabalho paraguaios, e, em menor número, indígenas. Já em função dos interesses visando o desenvolvimento agrícola na região, entre 1915 e 1928 o Serviço de Proteção dos Índios-SPI criou oito reduzidas reservas para os Kaiowá. Em 1943 o Decreto-lei nº 5.942 criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, atingindo em cheio diversas aldeias Kaiowá. Em outras regiões de ocupação Kaiowá, a chegada das fazendas se deu a partir de 1950 e mais intensamente em 1960, sendo que na década de 1970 começou a mecanização agrícola e plantio de soja. Assim, no final da década de 1970, restavam oficialmente para os Guarani Kaiowá apenas oito reservas com 18.124

hectares, de um território original de aproximadamente 20 mil quilômetros quadrados.

Atualmente, a situação de limitação territorial enfrentada por grande parte dos Guarani Kaiowá pode ser considerada como fator preponderante que leva a problemas de várias ordens, desde segurança alimentar a questão social. Há situações onde a densidade populacional, de 3,44 indivíduos por hectare (Reserva Indígena Dourados), extrapola a capacidade de suporte ambiental das comunidades que dependem maciçamente das cestas de alimentos fornecidas pelo governo para sua subsistência.

Mesmo nas poucas TIs do Mato Grosso do Sul onde há uma situação mais favorável em relação à disponibilidade de terra, há muitos problemas em relação à sustentabilidade ambiental. Nas três TIs Guarani Kaiowá que são áreas de referência do Projeto GATI no MS, os levantamentos iniciais apontaram para as grandes transformações que ocorreram nos sistemas agrícolas nas últimas décadas. Do sistema tradicional baseado em roças de coivara, onde o período de pousio (capoeira) recuperava as qualidades físico-químicas do solo, e as cinzas da queimada das árvores forneciam

² Eng.ª Florestal, MSc, consultora regional do Projeto GATI

"O TEKOKHA É O PROCESSO NO QUAL BUSCA A RIQUEZA, A FORÇA NATURAL. A RELAÇÃO COM A NATUREZA É TÃO EQUILIBRADA QUE A NATUREZA ME PRESENTEIA, A ROÇA, A NATUREZA COM AS PLANTAS, ATRAVÉS DA ALIMENTAÇÃO NUM CONVÍVIO MUITO ÍNTIMO COM A NATUREZA."
Eliel Benites (coordenador do Mosarambihára)

os nutrientes para os cultivos, passou-se para um sistema dependente de apoio da Funai e/ou prefeituras. Nesse sistema, é necessário gradejar as áreas de plantio com trator para incorporar o capim, dificilmente vencido com trabalho manual, com adição de nutrientes a partir de insumos externos como calcário e fertilizantes.

Embora estas novas práticas agrícolas devessem poupar, em teoria, as áreas florestais remanescentes nas TIs, de grande importância cultural para os Guarani-Kaiowá, esse sistema de uso da terra tem levado ao domínio de gramíneas exóticas como colônias e braquiária. Essas espécies foram trazidas à região para formar pastos e se mostraram altamente invasoras. Ao usar o fogo para limpar áreas próximas às casas, queimar lixo ou para outros fins, há a propagação de queimadas, que acabam atingindo os remanescentes florestais, matando as árvores nas suas bordas e assim permitindo o avanço progressivo dos capins nestas áreas.

As Terras Indígenas Guarani e Kaiowá apresentaram propostas para iniciativas agroflorestais consorciando erva mate e uma variedade de árvores nativas.

Porém, foi necessário integrar essa demanda a uma discussão mais ampla e trazer para o debate o tema da agroecologia, da prevenção e manejo do fogo, reconhecendo os conhecimentos tradicionais dos Guarani e os conhecimentos da ciência ocidental.

Nessa perspectiva, nasce o Programa de Formação Mosarambihara - "semeador" em Guarani. Essa iniciativa passou a ser de suma importância para o Projeto GATI, sendo uma ação que envolveu as três Áreas de Referência - Pirakuá, Jaguapiré e Sassoró- e as TIs Caarapó e Panambizinho, por conta de suas experiências com agroflorestas e restauração ambiental. O programa foi concebido em conjunto com os conselheiros indígenas do Projeto e outras lideranças. Teve no seu escopo, ações como etnomapeamento, agroecologia, viveiros e recuperação ambiental por meio de módulos itinerantes, sendo que em cada TI foi desenvolvido um módulo, a partir de iniciativas potenciais ou em andamento naquela região. A Associação Cultural dos Realizadores Indígenas – ASCURI por meio da assinatura de uma Carta de Acordo com o Projeto GATI, Funai e Phud coordenou a execução da formação.

AS TERRAS INDÍGENAS TERENA: CACHOEIRINHA, LALIMA E TAUNAY-IPEGUE

Leosmar Antônio³

Os Terena fazem parte de um dos subgrupos do povo Guaná que vivia na região do Chaco paraguaio. Após vários movimentos de migração para terras brasileiras, especialmente na metade do século 18, os Terena se instalaram definitivamente na região da bacia dos rios Miranda e Aquidauana no Mato Grosso do Sul. Após a guerra do Paraguai (1870), muitos soldados ficaram pela região e o próprio Estado Brasileiro incentivou não indígenas a ocuparem a área a fim de garantir a posse das terras, ignorando completamente a presença histórica dos Terena. Esse fato mudou drasticamente a ocupação regional dos Terena, que aos poucos foram perdendo seus territórios e, conseqüentemente, foram obrigados a viver em áreas pequenas e descontínuas, divididas em “ilhas” e cercadas por fazendas.

Por essência o povo Terena é agricultor. Muitos dos conhecimentos tradicionais de agricultura ainda são praticados nas TIs, porém por um número cada vez menor de pessoas. Uma das razões para tanto é o tamanho da TI, que não oferece espaço suficiente para toda a população que vem aumentando a cada ano que passa. No entanto, boa parte do território tradicional Terena ainda não está

regularizado e se encontra nas mãos de terceiros. Com essa situação, a busca por trabalhos assalariados nas cidades é cada vez maior, e conseqüentemente, a prática agrícola enfrenta mais dificuldades. Muitos agricultores foram induzidos pelo próprio Estado brasileiro a praticar a agricultura mecanizada, baseada no monocultivo, com utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Além de agravar o desgaste do solo para o cultivo, este modelo criou uma dependência da Funai para o fornecimento de sementes e o preparo do solo que, com a diminuição da capacidade do órgão, inevitavelmente há atrasos deste atendimento, afetando a produção. Tudo isto, associado à tendência global de queda de preços dos grãos ao longo das décadas, não tem permitido que os agricultores Terena retirem das suas roças uma renda mínima para manterem suas famílias, pelo menos no modelo agrícola atualmente praticado.

Embora tenham orgulho de serem reconhecidamente grandes agricultores, há também a consciência de que a “adoção de modelos equivocados” de produção fragilizou a autonomia da atividade agrícola indígena. Para os Terena, esse modelo que se utiliza de maquinário e insumos fornecidos pelo Estado e não segue os próprios

³ Biólogo, consultor regional do Projeto GATI.

calendários das variedades de sementes tradicionais, tem prejudicado a produção. Há também a preocupação de que o modelo agrícola vigente tem causado a degradação de nascentes e matas ciliares. No contexto desta atual situação, a proposta de uma agricultura de base ecológica, uma “agroecologia indígena” protagonizada pelos índios tem chamado a atenção dos Terena que se envolvem mais de perto das ações do Projeto GATI, especialmente na TI Cachoeirinha.

Nesse processo, os conhecimentos tradicionais e acadêmicos vem dialogando no sentido de construir novos caminhos frente ao contexto exposto, e ainda, às alterações climáticas. Para tanto, ações convergentes que buscam, sobretudo, fortalecer a filosofia e os valores da agricultura tradicional Terena ocorreram ao longo da implementação do Projeto GATI. Dentre elas, por exemplo, a revitalização de etnovariedades Terena, a restauração de nascentes, a inserção da disciplina Agroecologia Terena na grade curricular das escolas Terena da TI Cachoeirinha e Curso de Agricultor Agroflorestal (PRONATEC).

Nessa conjuntura, os Terena das Áreas de Referência do Núcleo Pantanal/Cerrado realizaram uma iniciativa inédita no MS, o AGROECOINDÍGENA 2016, que se constitui em espaço específico para os povos indígenas do estado refletirem e fortalecerem a Agroecologia Indígena, e também, mostrarem à sociedade o importante papel que cumprem na manutenção da biodiversidade brasileira. O AGROECOINDÍGENA congrega o 1º Encontro dos Agricultores e Agricultoras Indígenas, 1ª Feira de Etnovariedades Indígenas, 1º Encontro dos Xamãs e 1º Seminário de Sistemas Agroflorestais Indígenas.



O PROGRAMA MOSARAMBIHÁRA E AS OFICINAS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

Renata Costa⁴

O Programa *Mosarambihára* – Semeadores do bem viver Guarani e Kaiowá, envolve as três Áreas de Referência Kaiowá e Guarani do Projeto GATI. Em junho de 2015, foi firmada uma Carta de Acordo entre Funai, PNUD, Projeto GATI e ASCURI com o objetivo de realizar e documentar a formação modular do Mosarambihára. É nesse contexto que se insere as oficinas de produção audiovisual.

A discussão sobre o Programa *Mosarambihára*, foi iniciada com os conselheiros regionais do GATI em um seminário realizado na Vila São Pedro (MS), nos dias 18 e 19 de novembro de 2013. De acordo com o termo de referência proposto na Carta de Acordo, duas dimensões metodológicas nortearam a realização de todas as atividades do processo: a participação indígena e a gestão coletiva do conhecimento. Elas estiveram presentes não somente na atuação da equipe técnica, mas também na formação dos jovens indígenas, na assessoria às comunidades, na realização das atividades formativas previstas e na gestão do programa.

O programa iniciou um trabalho de formação com jovens indígenas (os *Mosarambihára*), com o objetivo de se tornarem multiplicadores e incentivadores dos processos iniciados nas aldeias, a partir das oficinas. Para isso foram realizados acompanhamentos e registros audiovisuais durante os módulos formativos. As diretrizes básicas do programa são:

1. **DIÁLOGO** com os mestres e rezadores tradicionais para fortalecimento e conhecimento sobre os saberes tradicionais, o meio ambiente e a sustentabilidade em todos os seus aspectos;
2. **CONTEXTUALIZAÇÃO** e atualização de temas como mudanças climáticas, impactos da monocultura, políticas públicas, impactos ambientais, o que é desenvolvimento sustentável, o que é sustentabilidade e a experiência indígena como referência;
3. **IMPACTOS** do conhecimento ocidental sobre o conhecimento tradicional, assim como suas contribuições para o meio ambiente da aldeia – biomas, formação do solo, clima, água, vegetação, relevo, geomorfologia, mapeamento, ocupação do espaço, processos históricos etc;
4. **CONHECIMENTO LOCAL** da aldeia nos aspectos ambientais, sociais, sistemas de parentesco, ocupação do espaço, cosmológicos, econômicos, relação com as cidades do entorno e a região;
5. **ATUAÇÃO** do agente Mosarambihára na sua própria comunidade – articulação de vários atores na aldeia de forma a buscar a coletividade, a sustentabilidade e o fortalecimento da cosmologia indígena (ñande reko) – retomada da coletividade e do conhecimento local – com respeito a particularidade de cada aldeia.

⁴ Geógrafa, PhD, colaboradora da ASCURI.

A importância de se conhecer a realidade da própria aldeia foi o grande destaque durante os módulos. Por esse motivo a ASCURI iniciou etnomapeamentos das áreas contempladas. Os resultados foram apresentados pelos jovens às suas comunidades. O conhecimento sobre o passo a passo do processo de etnomapeamento, assim como de suas particularidades locais, foi um conteúdo muito importante. O número reduzido de experiências com as ferramentas de etnomapeamento entre a população indígena do Mato Grosso do Sul é sinal da necessidade de adaptar tais experiências realizadas em outros biomas e construir um passo a passo próprio, culturalmente referenciado na cosmologia Guarani e Kaiowá.

A equipe da ASCURI acredita ser esse o primeiro movimento para melhorar a qualidade de vida da população, recuperar áreas degradadas e reativar as noções de territorialidade. Todo esse processo também é importante para a recuperação de sementes tradicionais, a produção de alimentos e de valores tradicionais da identidade Guarani e Kaiowá. Nas palavras de Eliel Benites, idealizador do programa:

“O QUE NÓS BUSCAMOS COMO PONTO FINAL NÃO É A PRODUÇÃO, NÃO É A RECUPERAÇÃO FÍSICA DA TERRA. ESSE É O PROCESSO, A CAMINHADA. PORQUE A ROÇA, VOCÊ FAZ TODO ANO, MAS O QUE FAZ VOCÊ FAZER ROÇA TODO ANO? (...) O QUE NÓS BUSCAMOS COM ISTO? O JEITO SAGRADO DE SER GUARANI-KAIOWÁ. ISTO QUE É SUSTENTABILIDADE. A SUSTENTABILIDADE É A BUSCA CONSTANTE DO ÑANDE REKO, NOSSO JEITO DE SER. ISSO GARANTE SAÚDE, EDUCAÇÃO, GARANTE A FELICIDADE DA FAMÍLIA, A UNIÃO, A COLETIVIDADE. PORQUE DEPOIS VEIO A INSTITUIÇÃO E DIVIDIU: SAÚDE, EDUCAÇÃO, ROÇA... VAI DIVIDINDO A VIDA, MAS NA PERSPECTIVA INDÍGENA É UMA COISA SÓ QUE GARANTE TODAS AS COISAS: É O NOSSO JEITO DE SER. POR ISSO QUE É IMPORTANTE O ÑANDE REKO NESSE PROCESSO, PORQUE ISTO VAI FAZER RETOMAR OS VALORES TRADICIONAIS E VAI ORGANIZAR TODA UMA RELAÇÃO SOCIAL COM O AMBIENTE, COM O TERRITÓRIO. POR EXEMPLO, AO RETOMAR A ESPIRITUALIDADE, ELE VAI TER OUTRA RELAÇÃO SOCIAL COM A FAMÍLIA, VAI RESOLVER, POR EXEMPLO, OS PROBLEMAS SOCIAIS, VAI RESOLVER A QUESTÃO DA SAÚDE, PORQUE É O EQUILÍBRIO COM A NATUREZA. VAI TER, POR EXEMPLO, UMA ALIMENTAÇÃO SUSTENTÁVEL, PORQUE É OUTRA RELAÇÃO COM A NATUREZA. NÃO É SÓ RECUPERAR FÍSICAMENTE, A PRÓPRIA TERRA VAI ESTAR VIVA ESPIRITUALMENTE. ISSO QUE É SUSTENTABILIDADE E EQUILÍBRIO NA PERSPECTIVA DOS REZADORES.”

Em todos os módulos propostos para o programa Mosarambihára foram passadas atividades para os alunos/semeadores realizarem em suas comunidades e mostrarem durante o módulo posterior. Os pré-módulos foram pensados para fazer uma orientação aos semeadores nos intervalos dos módulos. Durante os módulos, em cada Terra Indígena, de acordo com os temas propostos, foram convidados palestrantes ou orientadores, em sua maioria indígenas, que trataram de temas importantes para os conteúdos de cada módulo.

O primeiro módulo foi realizado na aldeia Tey'ikue, já com a parceria da ASCURI. Os outros módulos foram em Sassoró, entre os dias 20 e 24 de outubro de 2015; em Jaguapiré, entre os dias 30 de março e 2 de abril de 2016 e em Pirakuá nos dias 8 a 12 de maio de 2016.

Um Seminário Final foi programado para início de junho de 2016 na aldeia Tey'ikue, fechando o ciclo de um ano e meio de atuação do Programa Mosarambihára. É intenção da ASCURI dar continuidade ao programa e uma estratégia de sustentabilidade está sendo montada para possibilitar sua manutenção, em busca de autonomia.

Foram realizadas duas oficinas de produção audiovisual no âmbito da Carta de Acordo com o GATI. A primeira oficina foi realizada na Terra Indígena Pirakuá, entre os dias 10 a 20 de agosto de 2015. A segunda oficina foi realizada na Terra Indígena Cachoeirinha (aldeia Babaçu), entre os dias 24 de agosto e 04 de setembro de 2015. Durante o processo foram formados 12 alunos Kaiowá e Guarani e 20 alunos Terena. Dois kits de equipamento audiovisual foram deixados em cada uma das aldeias (câmera digital, tripé, HD externo, microfone direcional e computador Macbook). Quatro filmes de curta duração foram produzidos durante a oficina de Pirakuá e outros cinco, também de curta duração, foram produzidos durante a oficina de Cachoeirinha. Todos os temas dos filmes perpassam questões socioambientais, de conservação da biodiversidade e das tradições culturais.



Jovem Guarani Kaiowá participante de oficina audiovisual, promovida pela Ascuri em parceria com o Projeto GATI, na TI Pirakuá (2015)



A ROÇA TRADICIONAL E O MOSARAMBIHÁRA

Eliel Benites⁵

Na língua guarani a roça se chama *kokue*. O *kokue* é o local de produção de alimentos a partir de uma vivência coletiva, afetiva e de respeito entre os membros da família indígena Guarani e Kaiowá. A palavra *kokue* é junção entre *oiko* – viver, caminhar, ser e *kue* designa o passado, traduzindo “o rastro do meu ser ou da minha vida”. Na visão Guarani-Kaiowá, a existência do nosso ser deixa rastro e o *kokue* é um tipo de rastro, “um caminho por onde andei”. *Kokue* é um lugar de convivência que fortalece os laços familiares, não é apenas o lugar de trabalho, mas é um lugar onde nós indígenas realizamos o convívio afetivo entre as pessoas da família e as plantas. O *kokue* é um lugar de convívio, afetividade e de práticas da religiosidade tradicional. Através da vivência nós aprendemos a ser Guarani-Kaiowá.

Na roça as crianças trabalham brincando, aprendem a compartilhar os alimentos feitos no local, as mulheres preparam os assados, frutas e ajudam o marido na limpeza e na manutenção das sementes. Os homens sentem-se felizes quando veem a sua plantação verde e cheia de vida, estimulando ainda mais a produção, dando sentido maior para as suas vidas. Não temos horário para trabalhar, o tempo é a dimensão do encanto.

Os mais velhos contam que no início de nossa existência Guarani e Kaiowá o *ñanderu ryke'y* – nosso irmão mais velho, chamado também de *ñanderu*, vivia com a sua esposa *ñandesy guasu* e o *Paitambeju* ou *jakairá* – deus das sementes - em uma casa chamado *ongusu* – casa grande. Contam que *ñanderu* tinha várias esposas. Certo dia chamou todos os filhos para ver e fazer *omochichĩ* – acariciar - mas deixou a *ñandesy guasu* como a última esposa para ver, por isso, ela ficou enciumada e disse ao *ñanderu* que o filho que estava em sua barriga não era dele, mas de *jakairá*. *Ñanderu* ficou muito triste e foi passear na floresta, na volta trouxe na mão três espigas de *avati morotĩ* – milho branco - e disse à *ñandesy guasu* para ir a roça buscar o milho, mas ela não acreditou, porque foi muito rápido.

Ñanderu fez a roça para acalmar o seu coração da tristeza. Contam que quando caminhava pela floresta crescia atrás dele diferentes espécies de plantas e árvores, com flores e frutos. Em uma certa altura, ele parou e olhou para trás, viu a beleza das plantas e ficou feliz. A partir disso, começou a caminhar criando todas as coisas: a mata, os rios, as montanhas e todas as coisas que conhecemos. Terminado a criação, foi para o horizonte do lado do sol nascente e hoje o chamamos de *Chiru*. Por isso, os Guarani e Kaiowá constrói a roça e o seu *tekoha* – território - a partir do *oguata* - caminhada.

⁵ Professor da FAIND/UFGD e idealizador do programa Mosarambihára junto ao Projeto GATI.

Ñanderu criou o *teko* – jeito de “ser” dos Kaiowá e Guarani. Essa criação chama-se *ohekoá’ã* – a produção do *teko* - a partir da vivência na terra no seu período de criação, do seu jeito de ser, modelou a forma como os indígenas Kaiowá e Guarani se relacionam com a natureza e o meio ambiente. Neste modo, a presença indígena é vista como parte de uma rede de equilíbrio da natureza. Assim, o respeito e a manutenção são vistos como fortalecimento desta rede.

A partir desta pequena história da cosmologia Guarani e Kaiowá, contextualizamos a metodologia do *Mosarambihára* realizado durante o Segundo Módulo do Programa, na aldeia Sassoró. Podemos destacar alguns pontos da metodologia trabalhada neste programa, como: a presença do *ñhanderu* - rezador - (chamamos também de mestre tradicional) durante a formação; o diálogo entre os jovens *Mosarambihára* e os rezadores; o etnomapeamento como memória sobre o seu território e a busca da reconstituição do conceito de roça na visão tradicional.

Durante a formação do *Mosarambihára* no módulo de Sassoró, estiveram presentes os rezadores da aldeia *Te’yikue* do município Caarapó. Os rezadores que acompanharam o módulo foram Lídio Sanches, que é um rezador especialista do batismo das crianças, Florêncio Barbosa, especialista em roça tradicional, e os acompanhantes Ninho Obelar e Vito Acosta. Estiveram presentes também rezadores da aldeia Pirakuá, os senhores Argemiro Escalante e Lídio Escalante, além das pessoas mais velhas da comunidade local.

Esta presença causou uma mobilização muito grande em Sassoró devido à prática

de rituais tradicionais como: batismo da criança e cura do “coalho virado” – *ikamby ryru jere*. Esta prática foi realizada no início do trabalho, mas durante todo o tempo, os rezadores pareciam fazer um trabalho paralelo. Esta situação provocou um ambiente de retomada dos valores tradicionais em Sassoró, mesmo os moradores já tendo afirmado, de forma contundente, que em Sassoró já não se pratica mais os rituais tradicionais, por não terem mais a figura do rezador.

Os rezadores faziam o canto e a dança a todo momento, sensibilizando os jovens a participar, contando a história da aldeia, do surgimento da terra, ligavam estas histórias com a realidade atual vivida nas aldeias, os problemas e os desafios. Os jovens ouviam as suas histórias em roda de conversas e realizavam “cópias escritas” dos cantos na língua tradicional, além de cantarem na frente do rezador, o que funcionou como uma espécie de avaliação.

Percebemos que os rezadores entoavam os seus cantos como uma espécie de “propaganda” e os jovens, aos poucos, foram se encantando com eles. Nesse encanto, as pessoas foram aglutinando, (re)tornando às práticas culturais algo muito interessante aos participantes. Neste processo de convivência que se produz o novo *teko*. É a educação tradicional na ativa, onde os saberes são adquiridos de forma natural, estimulando o sistema de pensamento sem imposição. Esta vivência entre as gerações constitui-se em um novo jeito de ser dos jovens e dos próprios rezadores, gerando uma nova aprendizagem, constituindo, assim, um novo olhar sobre a sua realidade carregada de saberes embutidos de valores tradicionais Kaiowá e Guarani escondidos por trás daqueles da sociedade não indígena.

Um rico processo de diálogo entre os saberes foi aberto. Este diálogo ocorreu no interior das pessoas que estavam presentes, assim, acabam constituindo uma nova visão sobre a sua realidade, uma visão mais holística, integrada.

Na realização do etnomapeamento o diálogo entre os conhecimentos e saberes também esteve muito presente possibilitando aos Mosarambihára compreender a sua realidade a partir do processo histórico em relação à sua aldeia. Podemos observar ainda que a influência externa das instituições governamentais e não governamentais criou uma postura de contínua dependência a partir de uma política assistencialista, dificultando a realização de um trabalho que estimulasse a produção autônoma e independente a partir da lógica Guarani Kaiowá, como acreditamos ser o Programa *Mosarambihára*.

A política assistencialista que orientou a relação das instituições e as comunidades indígenas produziu uma identidade Guarani Kaiowá da atualidade. Com esta bagagem, os indígenas da aldeia Sassoró, por exemplo, realizam a gestão do seu território e configuram juntamente com a realidade ambiental, social e política o seu novo modo de ser e viver. Esta situação criou na mentalidade das novas gerações, a ideia de que a “solução indígena” está fora da aldeia e a qualidade de vida deve seguir o modelo de ser da sociedade capitalista consumista, e propiciou um distanciamento gradativo dos mais jovens com relação aos mais velhos, detentores dos saberes tradicionais. Este distanciamento ocorre quando não há demanda, na realidade cotidiana, para as práticas dos saberes tradicionais, quando não se realiza mais os cantos, as danças e

outras atividades religiosas tradicionais. Não se cria mais um ambiente para realizar as cerimônias tradicionais, portanto, não são repassados estes saberes aos mais jovens e crianças.

A nova realidade produzida a partir de então, fez com que os saberes tradicionais Guarani e Kaiowá fossem vistos como menos importantes, sendo que a sua utilidade não poderia mais responder às demandas produzidas pela outra realidade, mais atual. Assim, a crença pela reza, pela roça tradicional, entre outras coisas, não é vista como solução, mas apenas como “coisas” do passado. Estes são alguns pontos que fizeram com que os jovens se distanciassem dos mais velhos.

O processo do trabalho do etnomapeamento criou a oportunidade de rever a sua aldeia com outros olhares, a partir da compreensão do processo da constituição da reserva, da perda do território tradicional, além da possibilidade em retomar os valores tradicionais como alternativa de sustentabilidade, para dar sentido às práticas tradicionais da sua cultura. As suas visões foram sendo ampliadas para além das áreas delimitadas, assim, foi observado, pouco a pouco, que o saber ocidental deve ser tratado como “complemento” dos saberes tradicionais.

Outro passo importante que foi realizado no módulo de Sassoró foi a prática da realização da roça tradicional, o *kokue*. No diálogo promovido, as perguntas estimuladoras para todos era: o que é roça tradicional? Como iniciou a roça antigamente? Quem é o deus da roça? Que tipo de cantos existem para a roça? Quais são os papéis de cada um para fazer a roça?

Estas são algumas questões que propiciaram reflexões neste módulo.

Realizamos uma roda de conversa onde os rezadores contaram como iniciou a roça, o que foi relatado no início deste texto. Em seguida, apresentaram os cantos e rezas que devemos praticar quando plantamos as sementes.

Segue abaixo alguns passos que devem ser feitos para o plantio da roça.

O primeiro canto é aquele para a preparação da terra. Esse canto é para que a terra seja sagrada, para que as sementes gostem do lugar, e, assim, as plantas fiquem bem verdes e boas. O segundo passo é o preparo físico do lugar, a limpeza, em mutirão – trabalho coletivo, na qual, toda a família deve participar como uma vivência sagrada. O terceiro passo é o batismo da terra e das sementes que serão plantadas. O quarto passo é o plantio propriamente dito.

Nesta fase, os rezadores explicaram que devem ser plantados o milho branco no centro da roça em forma de *Chiru* – na forma de cruz. Este milho branco é como o corpo físico do *Jakaira* ou *Paitambeju*. A presença do milho branco na roça é visto como uma estrutura maior para todas as outras plantas, visto como um esteio. Quando se planta o milho branco, são entoados os cantos sagrados que chamam o deus *Jakairá* e o plantador segura na mão direita o *sarakua* fazendo covas a cada metro de distância e, na sua cintura, traz um saco de milho solto que joga nesta cova uma média de três ou quatro grãos de milho. Atrás do plantador vem a mulher que cobre com a terra as pequenas covas, esta pessoa também deve cantar.

Após este processo, no meio da plantação, o *sarakua* é fincado firmemente na terra para que o vento forte não derrube as plantas. Após esta cerimônia podem ser plantadas outras espécies como banana, cana, feijão, abobora, batata, mandioca, pipoca, mamão e outras plantas em geral. Para finalizar, entoase outro canto para trazer os guardiões da roça, os espíritos que cuidam dali para espantar os animais e pessoas que podem transitar no meio.

Esta explicação foi realizada na prática no módulo de Sassoró, em uma pequena área de terra arada quando foi plantado, seguindo esta explicação, o milho branco, mandioca, feijão, feijão guandu (adubação verde), crotalaria, entre outros. Percebemos que a terra estava muito degradada e muito ácida devido à presença da braquiária.

Portanto, o módulo de Sassoró possibilitou uma vivência de educação tradicional, focando nas práticas de cultivo da roça, ou *kokue*. Acreditamos que os alunos que vivenciaram este módulo tiveram uma oportunidade ímpar no convívio com os rezadores, que buscaram um diálogo dos saberes e, por isso, foi visível as transformações da postura política e participação prática na perspectiva da busca pela autonomia e pela sustentabilidade, tudo de acordo com a lógica dos Guarani e Kaiowá.

A seguir continuaremos falando mais detalhadamente sobre cada TI Área de Referência do Núcleo Pantanal/Cerrado, e das ações que foram realizadas pelo Projeto GATI e pelas comunidades indígenas.



©GileardeBarbosa

Restauração de área de nascente na TI Jaguapiré (MS), durante módulo do Programa Mosarambihára (2016)

Atividade de sapecagem tradicional de erva mate (varavakuá), durante módulo do Mosarambihára na TI Jaguapiré (2016)



©GileardeBarbosa

Nhanderu Argemiro Escalante trabalhando com os Mosarambihara, durante módulo em Sassoró na TI (2015)



©GileardeBarbosa



Reunião na FAIND-UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados) para planejamento do Programa Mosarambihára (2013)

©Ascuri



1º Atividade de campo no 1º módulo do Mosarambihára, na aldeia Te'ykue (2014)



Sábios conhecedores Guarani Kaiowá fazem o benzimento dos cursistas Mosarambihára, durante o 1º módulo na aldeia Te'ykue (2014)



Benzimento dos mosarambihara (2014)

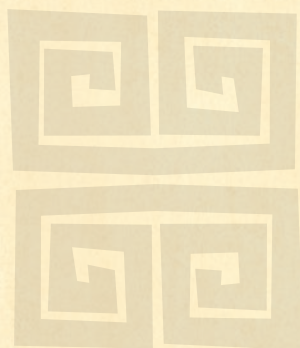


Atividade prática de plantio durante o 1º módulo da Formação Mosarambihára na aldeia Te'ykue (2014)

Participantes da visita à unidade experimental agroflorestal na aldeia Te'ykue (2014)



TERRA INDÍGENA
CACHOEIRINHA



INTRODUÇÃO

A Terra Indígena (TI) Cachoeirinha está localizada no município de Miranda, estado do Mato Grosso do Sul (MS). Foi regularizada com 2.644 hectares e é formada pelas aldeias: Cachoeirinha, Babaçu, Morrinho, Argola, Lagoinha e Mãe Terra. É habitada tradicionalmente pelo povo Terena, cuja população é de 3.314 pessoas. A língua Terena, de família linguística Aruak, é muito falada na região.

Atendida pela Coordenação Técnica Local (CTL) de Miranda, ligada à Coordenação Regional de Campo Grande, a TI Cachoeirinha está passando por revisão de limites. O processo teve início em 1999, quando a Funai constituiu um GT (Grupo de Trabalho) para realizar os estudos de identificação e revisão. Em 2013, os estudos foram aprovados pela Funai, por meio da Portaria 053/PRES de 09/06/2013, reconhecendo um território tradicional de 33.288 em contraponto aos 2.644 hectares homologados. Em 2010, por meio da Portaria MJ 791 de 28/11/10, o Ministério da Justiça também reconheceu os 33.288 hectares como de posse permanente dos Terena. Entretanto, ainda em 2005, os Terena de Cachoeirinha iniciaram um movimento de retomada dessa área tradicional, como foi o caso da aldeia Mãe Terra, que hoje conta com 2.000 hectares. O restante da área está sob litígio.

CONTEXTO

A TI Cachoeirinha está situada na Planície Pré-Pantaneira, que se separa do Planalto Brasileiro pelas encostas da Serra de Maracaju, cujos terrenos não sofrem alagamentos constantes. A TI é apontada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) como área de alta prioridade na conservação e conhecimento da biodiversidade⁶. Esse apontamento oferece oportunidades para desenvolvimento de projetos sustentáveis e de recuperação de áreas degradadas na Terra Indígena. As áreas de ocupação histórica dos Terena abrangem as terras não alagáveis das bacias dos rios Miranda e Aquidauana, se estendendo para áreas alagáveis destas mesmas bacias. Nesses locais, costumavam desenvolver atividades pastoris de rebanhos de gado e, atualmente, praticam atividades de caça, coleta e pesca.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

A TI Cachoeirinha já possuiu várias associações de base comunitária. Várias delas foram criadas em função de determinadas fontes de financiamento que apoiaram projetos pontuais. Com o encerramento desses financiamentos, as associações acabaram encerrando suas atividades. Atualmente estão operando a Caianás⁷ (Coletivo Ambientalista

6 A Portaria MMA n.º 09/2007 fez a revisão das áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira do Cerrado e Pantanal. Indicou ainda 431 áreas prioritárias no Cerrado, das quais 181 já são áreas protegidas (unidades de conservação e Terras Indígenas). Para 237 áreas (489.312 km²) foi atribuída importância biológica extremamente alta.

7 De acordo com a cultura Terena, Kayanas é um segmento na organização social representada pelos sábios detentores do conhecimento tradicional.



TI Cachoeirinha



Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade), formada pelas famílias envolvidas com o Projeto GATI na TI Cachoeirinha. Outras associações existentes, mas que atualmente não estão operando, são: Associação Mãos Unidas, Associação dos Produtores Rurais de Argola; Associação Indígena Terena de Cachoeirinha (Aiteca); Associação Reviver e a Associação de Mulheres.



AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GATI

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

O GATI começou sua atuação na TI Cachoeirinha em meados de novembro de 2011, com a reunião de esclarecimento, levantamento de demandas e expectativas em relação ao Projeto. Em maio de 2012, o Projeto foi apresentado à assembleia da Arpinpan (Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal), na cidade de Campo Grande.

Em outubro de 2012, aconteceu a instalação do Conselho Regional Deliberativo Pantanal/Cerrado, em Campo Grande, que debateu ações e projetos e oficializou os nomes de Leosmar Antônio (titular), Inácio Faustino (suplente), como representantes da TI Cachoeirinha.

A segunda reunião do Conselho, realizada na TI Pirakuá, entre 22 e 23 de fevereiro de 2013, elegeu Leosmar Antônio (Terena) como presidente do conselho e Zuleine Duarte (Guarani Kaiowá) como vice. Na ocasião, foi elaborado um plano de ação para todas as Terras Indígenas Terena do Núcleo. Os temas norteadores do Núcleo foram:

- Plantios de SAFs (Sistemas Agroflorestais);
- Recuperação de bacias, dos açudes e dos mananciais através de reflorestamento, entre outras ações;
- Recuperação de áreas degradadas;
- Formação de agentes ambientais e
- Lixo.

“O PAPEL DO CONSELHO [GATI] FOI FUNDAMENTAL NO SENTIDO DE SER UM INTERMEDIÁRIO ENTRE AS COMUNIDADES E AS INSTITUIÇÕES, E ENTRE A COMUNIDADE E A FUNAI. ENTÃO ESSE PAPEL FOI MUITO BEM EXERCIDO PELO CONSELHO REGIONAL, CHEGANDO A INFLUENCIAR UMA NOVA POLÍTICA, UMA NOVA FILOSOFIA DE TRABALHO DENTRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DA FUNAI.”

Leosmar Antônio Terena
consultor indígena do Projeto GATI
e ex presidente do Conselho

APOIO ÀS AÇÕES DE AGROFLORESTA

A terceira reunião do Conselho aconteceu entre 6 a 8 de maio de 2014, na TI Sassoró e indicou o novo presidente do Conselho Regional que passou a ser Zuleine Garay Duarte (Guarani Kaiowá), e o vice Laucídio Marques (Terena), conselheiro da TI Taunay/Ipegue.

O Projeto GATI promoveu diversas ações voltadas ao tema agrofloresta na TI Cachoeirinha. Foram realizadas oficinas de SAFs (Sistemas Agroflorestais) associadas à recuperação ambiental e enriquecimento de quintais e roças. As oficinas eram de curta duração e ministradas por consultores não indígenas. Entre as principais oficinas realizadas destacam-se:

- Oficina de agrofloresta com prática de plantio, ocorrida na TI Cachoeirinha de 4 a 6 de fevereiro de 2013. Essa foi a primeira oficina realizada na TI e foi importante para um direcionamento nas atividades desenvolvidas na região;
- Oficina de sementes, plantio agroflorestal e feira de sementes crioulas, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2013. A oficina aconteceu na TI Pirakuá, durante a 2ª reunião do Conselho Regional e contou com a presença de representantes da TI Cachoeirinha;
- Oficina de compostagem e SAFs com participação de professores e estudantes do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). A oficina aconteceu em maio de 2013 na TI Cachoeirinha;
- Curso Agroflorestal com visitas a experiências em Brasília-DF e seu entorno, com participação de 6 servidores da Funai e 5 indígenas, dentre eles João Leôncio Terena da TI Cachoeirinha. A oficina aconteceu de 11 a 13 de junho de 2013.



Sra. Maria Belizário, da aldeia Mãe Terra, fala da produção advinda de agroflorestas apoiadas pelo Projeto GATI (2014)

Atividades de educação ambiental
com estudantes das aldeias
Lagoinha e Mãe Terra



A partir de um intenso debate e detalhamento com as famílias envolvidas no Projeto GATI, conselheiros da CR da Funai Campo Grande, a consultora regional Graziella Sant'Ana elaborou e enviou projetos de SAFs para a própria CR que, com base nessas demandas, adquiriu materiais agrícolas, sementes e 1.261 mudas de espécies frutíferas e madeireiras, entre nativas e exóticas. As mudas foram distribuídas entre as famílias da TI Cachoeirinha.

Após a participação em intercâmbios, formações e eventos voltados às temáticas da Agroecologia, os indígenas já capacitados, principalmente os conselheiros do GATI, realizaram uma série de oficinas na TI. Como fruto desse trabalho surgiu a "Família GATI", um grupo de famílias que se empenhou em praticar os ensinamentos das oficinas e se tornou um coletivo de agricultores de SAFs.

Outras ações associadas às iniciativas de agroflorestas são:

Associativismo dos agricultores e criação de organização

A oficina foi ofertada aos representantes da "Família GATI" que tinham a intenção de firmar convênios, concorrer a editais e fortalecer parcerias para desenvolver projetos socioambientais baseados na agroecologia. Após a oficina, os agricultores criaram a "Caianás" - Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade.

Microprojetos e PPP GATI

Os microprojetos indígenas desenvolvidos na TI também fizeram parte de um conjunto de ações que visou o fortalecimento das iniciativas de SAFs. Os microprojetos desenvolvidos foram:

- Microprojeto "Oficinas de SAFs nas TIs Cachoeirinha, Taunay/Ipegue e Lalima". O responsável foi o Leosmar Antônio que promoveu diversas oficinas de SAFs, entre 2013 e 2014, nas referidas Terras Indígenas;
- Microprojeto de Apoio ao curso Agricultor Agroflorestal, aldeia Cachoeirinha (2014). Este microprojeto, de responsabilidade do Professor Jailson Joaquim, apoiou o curso de Agricultor Florestal, com itens como alimentação, pagamento de cozinheiras e impressão de documentos e materiais para o curso;
- Microprojeto "Espaço Caianás: Ocupação inicial, construção de barracão rústico e início da recuperação das nascentes", responsável Zazone Cristovão Rodrigues, aldeia Mãe Terra (2014-2015). Trata-se da primeira ação de ocupação da área do "Espaço de Formação Kayanas", com a construção do barracão rústico e início das primeiras atividades de instalação de sistemas produtivos agroecológicos e recuperação de nascentes;

- Microprojeto “EducomHorta: Segurança Alimentar e Educação Ambiental”, responsável Marinildes Santana de Souza e Alípio Vieira Leite, aldeia Cachoeirinha (2014-2015). A proposta foi idealizada pelas lideranças e comunidade da Aldeia Lagoinha em parceria com a Escola Municipal Indígena Extensão Alexandre Albuquerque. O projeto promoveu o cultivo de hortaliças, implantou agrofloresta e, por meio de ensino interdisciplinar, realizou a reeducação alimentar visando o valor nutricional dos vegetais. A iniciativa também tratou de educação ambiental;
- Microprojeto “Horta do grupo das mulheres, Segurança Alimentar e Educação Ambiental”, responsável Vaneide Turibio Julio, aldeia Cachoeirinha (2014);
- Microprojeto “Fortalecimento da Agricultura Tradicional Terena: Produção Agroecológica, diversificada e sustentável”. A responsável foi Ercileia de Souza Alves da aldeia Mãe Terra. O projeto foi desenvolvido em 2015 e apoiou núcleos familiares (em torno de 25 pessoas) na transição agroecológica. Foram realizados plantios diversificados com introdução de árvores, como alternativa ao modelo predominante da agricultura convencional.

PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS GATI

O edital PPP-GATI⁸, apoiou o projeto “Fortalecimento e Ampliação das Ações Agroecológicas na TI Cachoeirinha, Miranda, MS” (2015-2016). A proposta teve como objetivo fortalecer as atividades de SAFs na TI através da incorporação de espécies frutíferas e madeireira, colaborando para a biodiversidade, recuperação de nascentes e promoção de feiras sementes tradicionais. A proponente foi a Caianas.

APOIO À FORMAÇÃO

Os processos de formação apoiados pelo Projeto GATI na TI Cachoeirinha também tiveram como tema transversal a agroecologia e sua inserção entre o povo Terena. As abordagens variaram desde formações pontuais a outras de caráter continuado de curta e média duração. A seguir são descritos os processos que foram realizados:

⁸ O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõe as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNI).

Projeto de Extensão: Curso semeando Saberes Agroecológicos para o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Indígenas

A iniciativa foi coordenada pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e o Projeto GATI, com apoio da Coordenação Regional da Funai de Campo Grande. Foram capacitados 60 agricultores das Áreas de Referência Terena. A iniciativa fortaleceu a comunidade, estimulando a produção de alimentos saudáveis e promoveu a autogestão sustentável dos recursos naturais. O curso durou 12 meses (abril de 2015 a maio 2016) e foi construído a partir do levantamento prévio de demandas e discussões com as lideranças e famílias envolvidas com o Projeto GATI das TIs Lalima, Cachoeirinha e Taunay/Ipegue. Abaixo estão descritas as principais oficinas do projeto de extensão, demandas pela TI Cachoeirinha:

- Construção do Calendário Agrícola/Cultural Terena - A oficina ocorreu nos dias 25 e 26 de abril 2015, na Aldeia Mãe Terra. O objetivo foi sistematizar o calendário agrícola/cultural Terena, com informações do sistema agrícola tradicional. Foram registrados no calendário o período de plantio, colheita, preparo da terra e as fases da lua. A intenção foi auxiliar os agricultores no planejamento de atividades agrícolas, visando melhor produtividade e preservar os saberes Terena. O calendário também registrou períodos de pesca, coleta de mel e festas tradicionais;
- Oficina de Biofertilizantes e Insumos Alternativos. A oficina aconteceu nos dias 26 e 27 de junho de 2015, na Aldeia Babaçu/TI Cachoeirinha. Teve como principal objetivo disponibilizar insumos alternativos de baixo custo econômico, fácil aplicação, eficientes e seguros para os agricultores e meio ambiente;
- Oficina de Manejo e reordenamento de SAFs. A oficina aconteceu nos dias 30 e 31 de julho de 2015, na TI Cachoeirinha, diretamente nas Agroflorestas Terena implantadas no início de 2014. Teve como objetivo discutir a sustentabilidade, o reordenamento dos SAFs e planejamento para implantação de novas áreas;
- Oficina de beneficiamento/aproveitamento de mandioca. A oficina aconteceu em dezembro de 2015 e foi ministrada por Inês Ortega, técnica e pesquisadora da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul (Agraer). Participaram da oficina as mulheres da TI, incluindo representantes da TI Lalima, que trocaram experiências sobre receitas derivadas da mandioca, como bolos, sucos, inhoque, doces e outras.



Espaço de Formação Kayanas

Um dos maiores frutos da atuação do Projeto GATI na TI Cachoeirinha foi a criação da Organização Caianás (Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade). Foi fundada em 2015 por pessoas envolvidas com o Projeto GATI e que estão fortemente engajadas em transformar a realidade socioambiental local. Um dos principais projetos da Organização Caianás é a consolidação do Espaço de Formação Kayanas. Este espaço começou a ser construído com recursos do Projeto GATI, na Aldeia Mãe Terra, para ser utilizado na formação de indígenas em “Agroecologia Terena”.

O Espaço Kayanas nasceu após debates e reflexões provocadas a partir do que foi vivenciado nos intercâmbios de 2013, nos centros de formação indígena no Acre e em Roraima. O seu maior objetivo é promover diálogo e estudos sobre a autonomia, questões socioambientais e culturais que são vivenciadas pelos Terena. O Espaço também visa promover encontros de manifestação cultural e cursos de formação de meio ambiente e cultura. Foi construído numa área próxima a várias nascentes e trecho de mata, cuja importância simbólica é presente, pois trata-se do lugar onde 30 famílias Terena permaneceram acampadas em 2005, durante a retomada desta parte do território tradicional, que ficou de fora da demarcação. De acordo com seus idealizadores, o Espaço reflete o projeto de futuro dos Terena.



Mutirão realizado na Unidade Demonstrativa de Etnovariiedades Terena da Org. CAIANAS, em , na TI Cachoeirinha (2016)

Curso de Agricultor Agroflorestal

O curso “Agricultor Florestal” ofertado para 30 pessoas da TI Cachoeirinha foi uma realização do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS) em parceria com o Projeto GATI, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A concepção do curso contou com a participação e organização das famílias envolvidas no Projeto GATI, em especial a “Família GATI”, hoje organizada no coletivo Caianas. Dessa forma, o curso foi inteiramente proposto, desenhado e tocado em conjunto com os indígenas (conteúdo, dia das aulas, dinâmica pedagógica, participação dos professores indígenas, logística e etc).

No que se refere aos conteúdos, a formação buscou incorporar e/ou despertar nos participantes a análise dos benefícios e vantagens da produção agroecológica. Foram enfatizados aspectos envolvidos na agroecologia como: economia, recuperação ambiental, alimentação saudável, qualidade do solo e preservação da biodiversidade. A formação teve uma carga horária de 200h, com duração de cinco meses (abril a setembro de 2014). O curso aconteceu aos finais de semana nas aldeias Argola, Babaçu, Cachoeirinha, Lagoinha e Mãe Terra.

Inserção do tema “Agroecologia Terena” nas escolas municipais Terena das aldeias Mãe Terra e Lagoinha

O Projeto GATI, lideranças e professores indígenas das aldeias Mãe Terra e Lagoinha estão articulando junto à Secretaria Municipal de Educação do município de Miranda a inserção do tema “Agroecologia Terena” nos projetos políticos pedagógicos das suas escolas. A princípio, o objetivo é que a inserção se dê especificamente nas turmas de Educação Infantil e primeira fase do Ensino Fundamental. E uma das principais atividades realizadas para alcançar este objetivo foi a realização de um intercâmbio para a Escola Municipal Indígena Nandejára Pólo, da Aldeia Te'yikue na TI Caarapó (MS), e para o Assentamento Lagoa Grande. Nesses locais há iniciativas de sucesso na área de educação ambiental e sistemas agroflorestais desenvolvidas pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). A viagem aconteceu entre os dias 17 e 21 de novembro, com a participação de 11 representantes terena da TI Cachoeirinha, entre professores(as), lideranças, pais de alunos.

“PODEMOS RESUMIR A NOSSA VIAGEM EM: COMUNIDADE EM AÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA DE QUALIDADE NAS ESCOLAS INDÍGENAS. E ACREDITO QUE EDUCAÇÃO DIFERENCIADA ESTÁ EM VALORIZAR O QUE JÁ TEMOS E RESGATAR AQUILO QUE JÁ FOI PERDIDO, CUJO RESGATE SE INICIA NAS SALAS DE AULA PARA QUE OS ALUNOS REPASSEM EM CASA O QUE APRENDERAM NA ESCOLA E TRAZENDO PARA A ESCOLA O CONHECIMENTO DOS ANCIÕES QUE TAMBÉM TÊM MUITO A ENSINAR, UM APRENDIZADO RECÍPROCO ONDE TODOS COLABORAM COM O BEM VIVER DENTRO DA COMUNIDADE.”

Profª. Aldineia Pinto Julio - Aldeia Mãe Terra

Os Terena que participaram do intercâmbio foram: Aldineia Pinto Júlio (professora), Maria Belizário (professora), Zacarias Rodrigues (liderança), Manoel Roberto (pai de aluno), Luis Carlos Ferreira Rodrigues (pai de aluno) da Aldeia Mãe Terra, Alípio Vieira Leite (liderança), Lúdio Vieira Leite (professor), Eliana Vieira Leite e Elídio Vieira Leite da aldeia Lagoinha. Também integraram o grupo: Sebastião Rodrigues, Leosmar Antônio, Regina Medina (Secretaria Municipal de Educação de Miranda) e Ingrid Weber.

Futuramente espera-se que os trabalhos com a temática da agroecologia possam ser estendidos a todas as escolas da TI Cachoeirinha. Espera-se ainda que o espaço de Formação Caianas funcione como um local de extensão dessas escolas, onde serão ministradas as aulas da nova disciplina “Agroecologia Terena”.

Formação audiovisual para jovens Terena

Em 2015, o GATI, por meio Carta de Acordo com a Ascuri, promoveu uma oficina audiovisual na aldeia Babaçu, TI Cachoeirinha, de 24 de agosto a 04 de setembro. Na ocasião foram formados 20 jovens Terena em técnicas de captação, produção e edição audiovisual e foi doado um kit de equipamentos para filmagem e edição de vídeos.



Jovens indígenas com o cineasta Ivan Molina durante o FIDA 5

APOIO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Participação no Fórum de Discussão sobre Inclusão Digital nas aldeias (FIDA) e realização de oficina audiovisual na TI Cachoeirinha

O Projeto GATI apoiou a participação de 6 jovens Terena da TI Cachoeirinha no 5º FIDA, realizado na aldeia Pirajuí (MS), nos dias 19 a 29 de junho de 2014. O FIDA é organizado pela Ascuri (Associação Cultural dos Realizadores Indígenas). Ali ocorre o debate sobre o empoderamento dos povos indígenas em novas tecnologias de comunicação e informação, e como estas contribuem para a luta do movimento indígena do Mato Grosso do Sul. Durante o FIDA também acontecem as formações audiovisuais, com realizadores indígenas com larga experiência na área.

III ENA – Encontro Nacional de Agroecologia

O GATI também apoiou a participação de indígenas do MS no 3º Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)⁹. O evento foi realizado no campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em Juazeiro (BA), entre os dias 16 a 19 de maio de 2014. Entre os participantes estavam os representantes da TI Cachoeirinha: Saulo Rodrigues, João Leônico, Maria Belizário e Gerson Rodrigues. Os indígenas Terena e Guarani Kaiowá participaram de diversas atividades, em especial das oficinas que visaram fortalecer as práticas tradicionais e uso de plantas medicinais.



“REFORÇAMOS A AGROECOLOGIA COMO A ÚNICA SAÍDA PARA A SOCIEDADE, É ACIMA DE TUDO, UM MODO DE VIDA. ELA É PENSADA NO SENTIDO DA SUSTENTABILIDADE EM TODAS AS SUAS DIMENSÕES ; NÃO PODEMOS PENSÁ-LA SEM A INCLUSÃO DOS JOVENS, CRIANÇAS, MULHERES E LIDERANÇAS.”

Leosmar Antonio,
durante III ENA

⁹ O evento foi promovido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que é uma rede formada por movimentos nacionais e regionais, instituições, organizações governamentais, não governamentais e de base comunitária que realizam ações de agroecologia. O objetivo do encontro foi aumentar a coesão política e a expressão pública do campo agroecológico brasileiro, a fim de demonstrar a importância da sociedade brasileira apoiar a agroecologia.

ETNOMAPEAMENTO DA TI CACHOEIRINHA

A primeira etapa do etnomapeamento da TI Cachoeirinha contou com a participação de 20 indígenas. Os participantes indicaram, no mapa da Terra Indígena, as ocupações e uso coletivo do solo e de recursos naturais e locais de importância histórica. Foram produzidos dois mapas temáticos: Mapa histórico e de Uso e Ocupação da Terra Indígena.

A segunda etapa do etnomapeamento ocorreu em junho de 2016 e foi o momento de validação dos mapas com a comunidade indígena. Como resultado final, os mapas produzidos poderão servir de material didático para as escolas indígenas e ainda poderão contribuir como etapa inicial na elaboração participativa de um Plano de Gestão Ambiental e Territorial (PGTA).



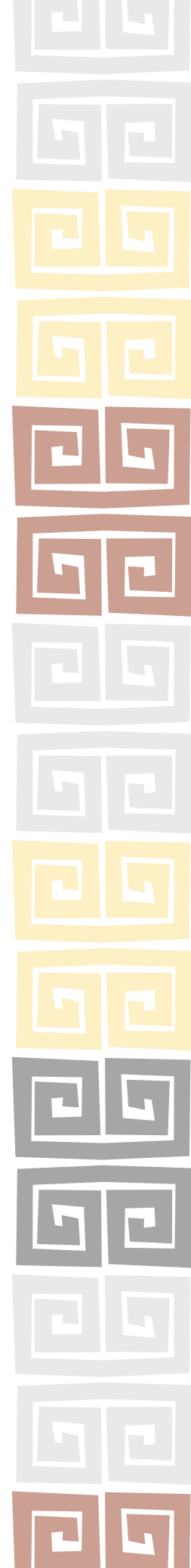
©Paulo Baltazar

Etnomapeamento realizado na TI Cachoeirinha, promovido pelo Projeto GATI (2016)

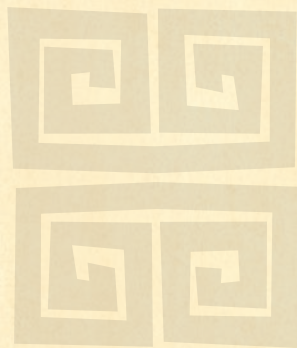
RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI CACHOEIRINHA

A atuação do Projeto GATI na TI Cachoeirinha procurou fortalecer as iniciativas indígenas de gestão ambiental e territorial em curso e até mesmo iniciar novas ações, conforme as demandas das comunidades, sempre respeitando a diversidade e conhecimento do povo Terena. E a fim dar continuidade a essas ações, os Terena e parceiros conduzirão atividades em curto, médio e longo prazo que visam ampliar o debate e a reflexão da gestão ambiental e territorial tendo em vista as futuras gerações. Tais ações serão:

- **Curso Superior de Bacharel em Agroecologia Indígena:** A Proposta Terena – “Curso Superior de Bacharel em Agroecologia Indígena”, construída com importante apoio do Projeto GATI, é fruto de um longo processo de discussão conjunta. A discussão iniciou em 2013, entre as comunidades indígenas Terena e as instituições de MS (UEMS, IFMS, UFMS e FUNAI/CR CG/MS). O curso tem como objetivo desenvolver a “Ação Agroecológica Intercultural”, por meio de uma educação diferenciada junto aos povos indígenas, que perpassa pelo respeito aos conhecimentos tradicionais. Visa oportunizar o diálogo entre sistemas de conhecimentos para o desenvolvimento de uma educação contextualizada. Pretende utilizar a Pedagogia da Alternância, a pesquisa, o trabalho e a cultura como princípios educativos. Atualmente, comunidades indígenas e parceiros, dialogam com potenciais financiadores no sentido angariar recursos para implementação da proposta, que terá duração de 4 anos;
- **Elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Cachoeirinha:** Como desdobramento do etnomapeamento, pretende-se dar continuidade ao processo de discussão e planejamento entre os Terena para elaboração do PGTA da TI Cachoeirinha.



TERRA INDÍGENA
JAGUAPIRÉ



INTRODUÇÃO

A Terra Indígena Jaguapiré está localizada no município de Tacuru, estado do Mato Grosso do Sul (MS). A terra está regularizada com 2.342 hectares e é habitada tradicionalmente pelos povos Guarani Kaiowá e Guarani Nandeva. Sua população está estimada em 1.032 pessoas e a língua falada é Guarani Kaiowá. Apesar da TI Jaguapiré fazer parte do “Núcleo Pantanal/ Cerrado” para fins do Projeto GATI, o referido município está localizado na porção de Mata Atlântica Interior, com a ocorrência de Florestas Estacionais e Savanas, que caracteriza a região sul do Estado de Mato Grosso do Sul.

O *Tekoha* para os Guarani é o conceito utilizado para considerar um espaço territorial, do qual as comunidades têm pleno conhecimento (o lugar de caça, frutas, remédio, mel, bichos, água e peixe). Aldeia e *tekoha* não significam apenas espaços, mas sim locais apropriados por grupos humanos, ou seja, espaços territoriais. Também é identificado por rios, córregos, colinas e outros acidentes geográficos que definem os limites dos seus territórios. Em Jaguapiré, esses limites se dão a sudoeste com o rio Puitã, e a nordeste, com o rio Nhu Guaçu. O lado noroeste é formado pelo pequeno afluente Jaguapiré, com sua cabeceira ligada por uma linha seca até a margem esquerda do rio Puitã, tributário do Iguatemi.

CONTEXTO

Desde que o seu território foi reconhecido oficialmente em 1992, existem extensas áreas altamente degradadas a serem recuperadas, pois houve uma redução significativa da mata nativa, inclusive nas nascentes. O rio Nhu Guaçu é um dos que vem sofrendo com o assoreamento nas suas margens, devido ao desmatamento de matas ciliares.

Existe ainda a perda da produtividade do solo devido a super exploração dos recursos naturais provocadas pelos fazendeiros que antes ocupavam a terra e hoje se encontram em áreas vizinhas. A TI Jaguapiré está cercada pelo monocultivo de soja que utiliza muitos agrotóxicos para combater pragas. Esse uso extensivo atinge o interior da TI, prejudicando a saúde da comunidade e poluindo mananciais. Apesar de toda devastação, ainda existem fragmentos florestais que estão sendo conservados pela comunidade. Porém esses remanescentes correm riscos de se reduzirem por conta das práticas de queimadas. As queimadas acabam escapando e afetando as bordas destes fragmentos, criando um ciclo vicioso, na medida em que cada queimada faz com que os capins se estabeleçam com mais vigor nessas bordas, tornando-as mais suscetíveis ao fogo.

Os principais cultivos agrícolas são a mandioca e milho. Há ainda o consumo da erva mate que é tradicional do povo Guarani Kaiowá. Entretanto, este produto é pouco cultivado na TI apesar do potencial de comercialização, visto a pouca oferta de plantios de erva mate na região do cone sul do Mato Grosso do Sul. Existe também a criação de animais de pequeno porte.

ORGANIZAÇÃO SOCIO-POLÍTICA

A Associação de Liderança da Aldeia Jaguapiré (Alaj) é quem representa politicamente a TI Jaguapiré. A organização política nas TIs Guarani Kaiowá se dá de forma mais ampla por meio da Comissão dos Professores Indígenas Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Essa organização, apesar de ser constituída pelos professores, não possui como foco somente



TI Jaguapiré



a educação escolar, mas outras questões da vida Guarani. Os Guarani Kaiowá e Ñandeva também são representados pela *Aty Guassu* (grande reunião) que é uma associação estabelecida a partir de padrões tradicionais da política Guarani. É reconhecida nacionalmente e reúne as lideranças políticas e religiosas que periodicamente se encontram para discutir ações, problemas e outras demandas das aldeias.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GATI

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

O GATI iniciou suas atividades na TI Jaguaripiré em meados de março de 2012, inicialmente por meio de reuniões de esclarecimento e levantamentos de demandas e expectativas em relação ao projeto. Nessa ocasião, a comunidade assinou um termo de compromisso e indicou nomes de seus representantes para compor o Conselho Deliberativo do Núcleo Pantanal/Cerrado. A instalação do Conselho Regional Pantanal/Cerrado aconteceu nos dias 08 a 10 de outubro de 2012 em Campo Grande (MS). Essa primeira reunião debateu ações e projetos para a TI e oficializou os nomes de todos os conselheiros indicados.

APOIO ÀS AÇÕES DE AGROFLORESTA

Na TI Jaguaripiré o GATI apoiou ações de recuperação ambiental, especialmente em nascentes. Apoiou ainda o enriquecimento e plantio dos quintais e das roças tradicionais com espécies frutíferas e de árvores nativas. Esses plantios tiveram como objetivo oferecer uma alternativa para incrementar a segurança alimentar e a geração de renda dos Guarani de Jaguaripiré.

Foram elaborados um conjunto de projetos sobre a temática com a assessoria da consultora regional Graziella Sant'Ana. Os projetos foram encaminhados para as coordenações da FUNAI, para a chamada do GATI na Carteira Indígena e para os mecanismos de microprojetos do Projeto GATI.

✓ **Recuperação de nascente na TI Jaguaripiré, durante módulo da formação Mosarambihára (2015)**



Foram realizadas oficinas de agroflorestas na Terra Indígena em maio e dezembro de 2013. Nas duas oficinas houve a participação de representantes da TI Sassoró. Na ocasião, também foram adquiridas e distribuídas entre as famílias cerca de 300 mudas de frutíferas e de espécies nativas. A ação foi incrementada em 2014, quando a Coordenação Regional da Funai Ponta Porã adquiriu e distribuiu mais de 700 mudas, especificamente para enriquecimento dos quintais.

INTERCÂMBIO COOPERAFORESTA

“OS INDÍGENAS SÃO OS VERDADEIROS AUTORES DA AGROFORESTA, ESSA É UMA HERANÇA QUE RECEBEMOS DE VOCÊS.”
Nelson Corrêa Neto, técnico agroflorestal da Cooperafloresta

A Cooperafloresta é uma cooperativa de produtores agroflorestais localizada em Barra do Turvo-SP. Este foi o primeiro intercâmbio promovido pelo GATI com os indígenas do Núcleo Regional Pantanal/Cerrado e aconteceu entre os dias 27 de abril a 06 de maio de 2013. Teve como objetivo conhecer e trocar experiências e conhecimentos com agricultores familiares e indígenas sobre agricultura e agroflorestas. A caminho da Cooperafloresta, os participantes visitaram a TI Araribá (SP), também Área de Referência do Projeto GATI, no Núcleo Mata Atlântica Sudeste, onde conheceram as iniciativas de restauração de matas ciliares, agregação de valor à produção de mandioca e o centro cultural dos Guarani-Nhandeva.

PARTICIPANTES INTERCÂMBIO COOPERAFORESTA

Jorge Gomes e Felipe Gomes Ortega (Pirakuá), Inácio Faustino Lourenço de Camilo, Leosmar Antônio, Jacinea Martins, Thiago Gastaldello, Gilmar Martins Marcos Galache, João Martins de Souza, Neide Rodrigues Salvador, Laucídio Marques, Ademilson Conciãza Verga, Sidney Moraes de Albuquerque.

Assista os vídeos dos intercâmbios realizados pela Ascuri (Associação Cultural de Realizadores Indígenas):

<https://vimeo.com/81215595> (visita à TI Araribá)

<https://vimeo.com/81215594> (visita à Cooperafloresta) A primeira reunião ordinária do Conselho Regional

O ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

Representantes Terena e Guarani Kaiowá participaram do III ENA – Encontro Nacional de Agroecologia realizado no campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em Juazeiro (BA) em 16 a 19 de maio de 2014.

Além de participar ativamente das feiras, seminários temáticos, oficinas, ato público e reuniões entre os indígenas, foi possível contribuir com a elaboração de uma carta política que foi entregue na plenária final do III ENA, apontando a demanda por uma agroecologia com a perspectiva dos povos indígenas.

“TEM AS PLANTAS DO MATO, PERTO DA ÁGUA E DO CAMPO, EU CONHEÇO MUITAS DELAS. E TEM REGIÕES QUE JÁ NÃO TEM MAIS NADA DE PLANTAS. O USO DESSES REMÉDIOS TRADICIONAIS NÃO É VALORIZADO PELOS ÓRGÃOS QUE CUIDAM DA SAÚDE INDÍGENA.”

Nilda Ferreira Vargas Guarani Kaiowá (TI Jaguapiré), durante o Seminário Temático “Mulheres, Plantas Medicinais e Agroecologia no III ENA”

Os Kaiowá também participaram do Agroecol/2014¹⁰ criando, junto com os Terana, o Grupo de Trabalho – GT – “Comunidades Indígenas e a Agroecologia: estratégias para o desenvolvimento sustentável”. Foi muito importante a possibilidade de construir novas metodologias com base na rede de experiências nas TIs, que buscou resgatar a cosmovisão Guarani Kaiowá do ambiente para a gestão ambiental e territorial, levando em consideração os componentes simbólicos, físicos e imateriais que representam o bem viver através do mundo espiritual. Na abertura do evento participou Ramona Ximenes da TI Jaguapiré.

MICROPROJETOS

O projeto “Casa de Reza e Medicinais na TI Jaguapiré”, sob a responsabilidade de Ramona Ximenes, foi idealizado desde 2013, mas só entre 2015 e 2016 é que foi realizado. O projeto está trabalhando na construção de uma casa de reza, aliado ao plantio de espécies medicinais ao redor da casa. A casa também será disponibilizada para que a comunidade indígena promova atividades de ambiência, arte e cultura.

O segundo microprojeto foi “Cultivo de horta do Grupo de mulheres - TI Jaguapiré”, de responsabilidade de Nilda Vargas. Trata-se de uma demanda do núcleo familiar de Nilda para que as mulheres pudessem produzir hortaliças para o consumo e comércio. A ideia foi promover a geração de renda e autonomia das mulheres a frente de projetos comunitários. O projeto foi executado em 2015 e 2016.

10 1º Seminário de Agroecologia do Sul, 5º Seminário de Agroecologia em Mato Grosso do Sul, 4º Encontro de Produtores Agroecológicos em Mato Grosso do Sul, 1º Seminário de Sistemas Agroflorestais em Bases, Agroecológicas em Mato Grosso do Sul, Dourados – MS, 19 a 21 de novembro de 2014.

PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS GATI

O projeto aprovado no edital PPP-GATI¹¹ foi o “*Kaá Reñoi*- erva que germina”. Teve como objetivo central a produção de erva mate em consórcio com a mandioca; a adoção de aplicação de técnicas tradicionais para o cultivo da erva mate; promovendo também o enriquecimento dos quintais, mediante a produção e plantio de mudas de plantas nativas. Foram promovidas também ações de conscientização em relação ao meio ambiente. A ALA¹ foi a proponente do projeto, que foi implementado entre 2015 e 2016.



©Renata Aguilár

Reunião de avaliação e planejamento do projeto “*Kaá renoy* - Erva que germina”, apoiado pelo PPP GATI (2016)

¹¹ O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõem as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNI).

APOIO À FORMAÇÃO

Uma das demandas iniciais dos povos indígenas do Pantanal foi a construção e implementação de um “centro de formação”. Para ajudar a discutir esse tema, foi realizado um intercâmbio para apresentar experiências de centro de formação indígena já em curso para que os Guarani Kaiowá e Terena refletissem sobre como deveria ser um centro de formação para seus territórios.

Este intercâmbio ocorreu no período de 11 a 21 de junho de 2013 e teve como destinos o Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol-CIFCRSS, em Roraima, e o Centro de Formação Povos da Floresta no Acre, da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre).

PARTICIPANTES INTERCÂMBIO CENTROS INDÍGENAS DE FORMAÇÃO

Jorge Gomes e Marciano Ireno (Pirakuá), Leosmar Antônio, Inácio Faustino (Cachoeirinha), Gilson Pinheiro Gomes (Lalima), Célio Francelino Fialho e Paulo Baltazar (Taunay-Ipegue), Zuleine Duarte Garay (Sassoró), João Martins de Souza (Jaguapiré), Anastácio Peralta (Panambizinho), Jacineia Martins e Amanda Sandoval Cury (Funai CR Campo Grande), Marcelo Gomes Monteiro (Entre Serras-PE), Renato da Silva Filho, Celinho Belizário, Eliel Benites (Caarapó), Gilmar Galache (ASCURI).

Assista os vídeos dos intercâmbios realizados pela Ascuri (Associação Cultural de Realizadores Indígenas):

<https://vimeo.com/81590174> - Acre

<https://vimeo.com/81590083> - Roraima

A partir desse intercâmbio surgiram desdobramentos específicos para os Terena e os Guarani Kaiowá em relação a propostas de formação. No caso dos Guarani Kaiowá, foi construída a proposta de um programa de formação itinerante, denominado “Mosarambihára -semeadores do bem viver Guarani e Kaiowá”.

O Programa de Formação “Mosarambihara- Semeador do bem viver Guarani e Kaiowá” - é uma ação do Projeto GATI que envolveu as TIs Pirakuá, Jaguapiré, Sassoró, Caarapó e Panambizinho. Teve como objetivo fortalecer a gestão ambiental e territorial das TIs envolvidas, a partir dos valores e conhecimentos tradicionais próprios dos Guarani. O programa foi concebido em conjunto com os conselheiros indígenas do Projeto e outras lideranças. Teve no seu escopo ações de etnomapeamento, agroecologia, viveiros e recuperação ambiental, por meio de módulos itinerantes. Cada TI desenvolveu uma etapa a partir de iniciativas potenciais ou em andamento naquela região. A Ascuri, por meio de Carta de Acordo com o Projeto GATI, Funai e Pnud coordenou a execução da formação.


KÁ'AGUY E OS MOSARAMBIHÁRA

A realização do módulo de Jaguapiré teve como foco principal a recuperação ambiental e o plantio de mudas nativas em uma nascente d'água. Foram discutidos o significado da floresta, das matas e das árvores na visão Guarani e Kaiowá o Ka'aguy. Foram discutidas também as causas dos desmatamentos no contexto local e regional de Jaguapiré. Durante esse módulo, os debates se concentraram na contextualização histórica do desmatamento e na situação ambiental atual da região, na importância do plantio de árvores nas aldeias, na realização de plantios em nascentes e no processo de produção de erva mate.

O aprendizado sobre a recuperação do meio ambiente é fundamental no processo de formação dos Mosarambihára e na busca de autonomia das famílias indígenas. O módulo teve o foco em recuperar as nascentes, os remanescentes de matas nativas, principalmente com técnicas e modelos que buscam imitar o processo natural de crescimento e recuperação das paisagens originais. Por isso, o módulo de Jaguapiré teve como objetivo compreender a lógica Guarani e Kaiowá de recuperação das matas a partir de suas experiências e de suas relações com as florestas.



©Gilearde Barbosa

 Preparo do varavakuá, forma tradicional Guarani Kaiowá de processamento da erva mate. Desenho elaborado por Gilearde Barbora, durante o módulo Mosarambihára na TI Jaguapiré (2016)

- ✓ Preparo do varavakuá, forma tradicional Guarani Kaiowá de processamento da erva mate. Desenho elaborado por Gilearde Barbosa, durante o módulo Mosarambihára na TI Jaguapiré (2016)



© Gilearde Barbosa

RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI JAGUAPIRÉ



Dar continuidade as ações desenvolvidas pelas comunidades em parceria com o Projeto GATI é fundamental para manter a autoestima, a motivação e articulação que se constitui nos últimos anos na região do MS. Ações de formação, recuperação de áreas degradadas, diagnósticos das realidades locais e planejamento de ações futuras foram desenvolvidas e é preciso apoiar as ações futuras visando garantir a gestão territorial e ambiental da TI Jaguapiré.

Dentre essas ações destacam-se as seguintes demandas discutidas com as comunidades:

- Apoiar a continuidade ao Programa de Formação Mosarambihara;
- Dar continuidade às ações de apoio à recuperação de áreas degradadas, por meio da implantação de sistemas agroflorestais, como ferramenta de gestão territorial dos Kaiowá da TI Jaguapiré;
- Apoiar a incidência e participação dos Kaiowá nos espaços da Agroecologia em âmbito local, regional e nacional.



©Gilearde Barbosa

Os conhecedores tradicionais fazem reza inicial do módulo Mosarambihára realizado na TI Jaguapiré (2016)



©Gilearde Barbosa

Grupo de cursistas do Mosarambihára em Jaguapiré, indo à campo para coletar erva mate a fim de aprenderem sobre o varavakuá, a sapecam tradicional (2016)



©Gilmar Galache/Ascuri

Demonstração de como se carregava erva mate antigamente (2016)



©Gilmar Galache/Ascuri

Demonstração de como se carregava erva mate antigamente (2016)

Eliel Benites conduz planejamento de restauração de nascente durante módulo do Mosarambihára na TI Jaguapiré (2016)



©Gilearde Barbosa

Vista geral do trabalho de demonstração de processamento tradicional de erva mate (2016)



©Gilmar Galache/Ascuri



©Gilearde Barbosa

Elieir Benites conduz planejamento de restauração de nascente durante módulo do Mosarambikhára na TI Jaguapiré (2016)



©Gilmar Galache/Ascuri

Jirau do varavakuá com erva mate, pronto para iniciar o processo de sapecagem (2016)



©Gilmar Galache/Ascuri

Preparação do varavakuá, sapecagem tradicional da erva mate



©Gilearde Barbosa

Atividade de etnomapeamento durante atividade de pré-módulo do Mosarambikhára na TI Jaguapiré (2015)



©Gilearde Barbosa

Muda plantada em área degradada na TI Jaguapiré, durante pré-módulo do Mosarambikhára (2015)

Atividade de campo no pré-módulo da Formação Mosarambikhára na TI Jaguapiré (2015)

Menina Guarani Kaiowá durante pré-módulo da Formação Mosarambikhára na TI Jaguapiré (2015)



©Gilearde Barbosa

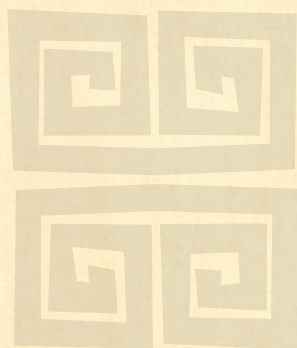


©Gilearde Barbosa



©Gilearde Barbosa

TERRA INDÍGENA
LALIMA



INTRODUÇÃO

A Terra Indígena (TI) Lalima está localizada no estado do Mato Grosso do Sul (MS), no município de Miranda. A terra foi regularizada com 3.000 hectares e tem uma população de 1.434 pessoas. É habitada tradicionalmente pelo povo Terena e pelos Kinikinau.

CONTEXTO

A TI Lalima está localizada no bioma Pantanal e é apontada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) como área de alta prioridade e importância na conservação e conhecimento da biodiversidade¹². É caracterizada como uma área de Cerrado que contém, dentro de seus limites, remanescentes de Mata Atlântica. Nas informações do Zoneamento Econômico-Ecológico de MS¹³ a Terra Indígena destaca-se por estar inserida nos corredores de biodiversidade do Estado.

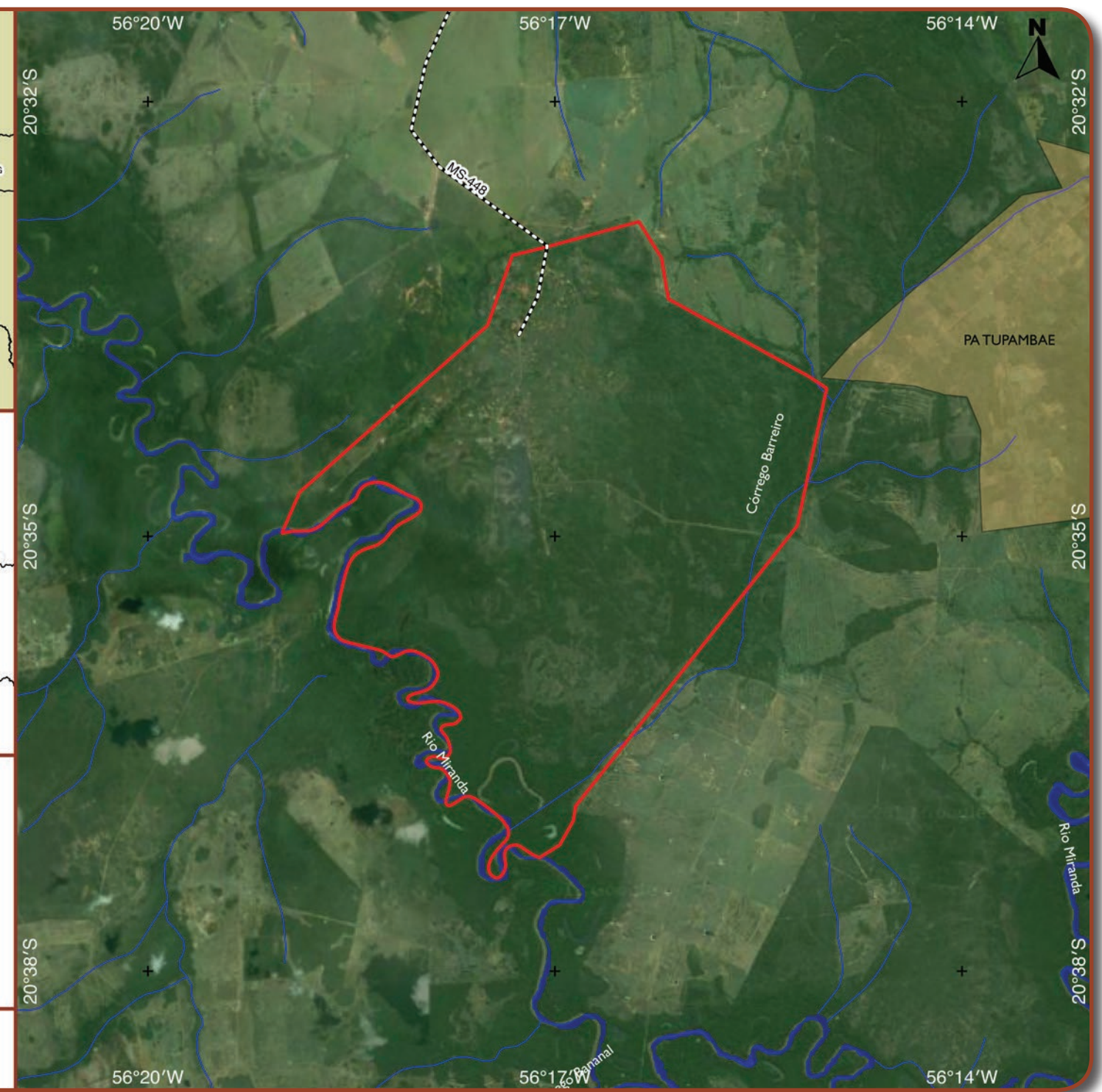
Dentre as outras terras Terena, Lalima é a que possui mais área de vegetação nativa conservada, com presença de animais silvestres e aves. Porém, os indígenas apontam que a região está sentindo as consequências dos desmatamentos das propriedades que estão no entorno, prejudicando o bem viver de plantas, animais e pessoas dentro da TI. Esse desmatamento tem provocado o assoreamento e poluição dos rios, morte de plantas e animais, modificações na alimentação dos indígenas, entre outras transformações.

Os Terena são exímios agricultores. Sua produção agrícola é quase que exclusivamente para o consumo interno, sendo que o pouco excedente é comercializado, geralmente, nas feiras livres, próximas à Miranda. Plantam mandioca, cana-de-açúcar, frutas em geral e criam animais em pequena escala como galinhas, porcos, gado e outros. Outra importante fonte de renda para os Terena de Lalima é a atividade de turismo de pesca. O rio Miranda, que corta a TI, é rico em peixes e há uma grande demanda para realizar esse tipo de turismo.



12 A Portaria MMA n.º 09/2007 fez a revisão das áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira do Cerrado e Pantanal. Indicou ainda 431 áreas prioritárias no Cerrado, das quais 181 já são áreas protegidas (unidades de conservação e Terras Indígenas). Para 237 áreas (489.312 km²) foi atribuída importância biológica extremamente alta.

13 <http://www.zee.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=45141>



O taquaruçu e o sapê são bastante utilizados como estrutura na construção das casas, sendo retirados durante a lua cheia e crescente, o que lhes confere maior durabilidade. As estratégias refinadas de manejo dessas espécies garantem sua manutenção para o uso sustentável. A proteção ao fogo e as técnicas de corte, que respeitam o ciclo de vida da planta, garantem a manutenção das espécies na TI Lalima.



Placa de taquaruçu usada como parede nas casas dos Terena de Lalima (2012)

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Os Terena se organizam através das relações de grupos familiares e não familiares. Existe a presença do cacique e do conselho tribal (grupo de lideranças de anciões Terena que debatem as questões da aldeia juntamente com o cacique), além de associações que lutam pelas reivindicações políticas e educacionais junto a vários setores.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GATI

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

“O PAPEL DO CONSELHO (GATI) FOI FUNDAMENTAL NO SENTIDO DE SER UM INTERMEDIÁRIO ENTRE AS COMUNIDADES E AS INSTITUIÇÕES, E ENTRE A COMUNIDADE E A FUNAI. ENTÃO ESSE PAPEL FOI MUITO BEM EXERCIDO PELO CONSELHO REGIONAL, CHEGANDO A INFLUENCIAR UMA NOVA POLÍTICA, UMA NOVA FILOSOFIA DE TRABALHO DENTRO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DA FUNAI.”

Leosmar Antonio,
consultor indígena do Projeto GATI

O GATI começou sua atuação na TI Lalima em meados de novembro de 2011. E, tal como ocorreu em outras TIs, teve início com uma reunião de esclarecimento, na qual foram dadas explicações sobre o Projeto e levantadas demandas e expectativas. Em outubro de 2012, aconteceu a instalação do Conselho Regional Pantanal/Cerrado, em Campo Grande, que debateu ações e projetos para a TI. Nesse momento foram oficializados os nomes de Gilson Pinheiro Gomes (titular) e Almir Vieira (suplente) como representantes da TI Lalima. A partir de 23 de julho de 2013 houve uma mudança de representantes, que desde então passaram a ser Neide Rodrigues Salvador (titular) e Joanice Xavier (suplente).

A segunda reunião do Conselho, realizada na TI Pirakuá entre 22 e 23 de fevereiro de 2013, elegeu Leosmar Antônio (Terena) como presidente e Zuleine Duarte (Guarani Kaiowá) como vice-presidente do conselho. Na ocasião foi elaborado um plano de ação para todas as TIs Terena do Núcleo cujos temas norteadores foram:

- Plantios de SAFs (Sistemas Agroflorestais);
- Recuperação de bacias, dos açudes e dos mananciais, através de reflorestamento, entre outras ações;
- Recuperação de áreas degradadas;
- Formação de agentes ambientais e lixo.

A terceira reunião do conselho aconteceu entre 6 a 8 de maio de 2014, na TI Sassoró. Nesse momento foi indicado o novo presidente do Conselho Regional que passou a ser Zuleine Garay Duarte (Guarani Kaiowá), e o vice Laucídio Marques (Terena), conselheiro da TI Taunay/Ipegue.

APOIO ÀS AÇÕES DE AGROFLORESTA

Na TI Lalima o Projeto GATI apoiou ações de implantação de sistemas agroflorestais e enriquecimento de quintais e roças. Foram realizadas oficinas, onde participaram agricultores e mulheres que vivenciaram na prática os princípios dos plantios agroflorestais. Foram utilizadas espécies de madeira e frutas como lichia, ponkan e jaboticaba. Também foram repassadas informações sobre o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A partir das consultas sobre as demandas levantadas na comunidade, especificamente com as famílias diretamente envolvidas no Projeto, a consultora regional Graziella Sant'Ana elaborou duas propostas de implantação de SAFs que foram detalhadas e amplamente debatidas com os conselheiros e com a CR Funai Campo Grande. As propostas foram "Plantios de SAFs com enfoque em frutíferas", cujo público alvo foi um grupo de 10 homens e suas famílias. Outra proposta foi a de "Enriquecimento de quintais e roças", direcionado para 15 mulheres e suas famílias, que teve como objetivo produzir alimentos de qualidade e comercializar o excedente. A CR Funai Campo Grande também incrementou as ações do GATI no tema Sistemas Agroflorestais adquirindo mais de 3.000 mudas para as TIs Terena, inclusive Lalima.



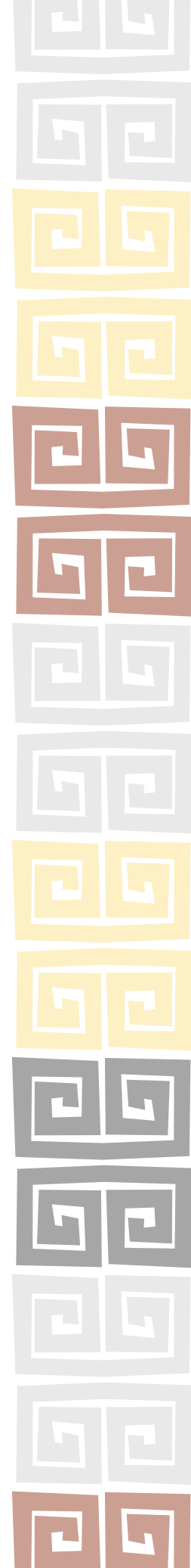
Oficina de produção de insumos alternativos, na TI Lalima (2015)

Um dos quintais que mais se destacou foi o da Sra. Maria Luiza. Nessa área experimental, foram introduzidas variedades de plantas e plantios consorciados, inclusive de capim napier (elefante). Essa espécie é utilizada para ração e para compostagem e adubação do solo.

MICROPROJETOS

Os microprojetos elaborados e implementados pelos Terena de Lalima foram os seguintes:

- Microprojeto de Quintais Agroflorestais/ Sistemas agroflorestais/ Viveiros, denominado “Oficinas de SAFs nas TIs Cachoeirinha, Taunay/Ipegue e Lalima”. O responsável foi Leosmar Antônio e o projeto foi desenvolvido entre 2013 e 2014. Foram realizadas oficinas no segundo semestre de 2013, que foram conduzidas pelos Terena da TI Cachoeirinha: Leosmar Antonio (nesta época conselheiro do Projeto GATI), Inácio Faustino e João Leôncio. Participaram da oficina 25 pessoas que atualmente estão envolvidas no projeto. O microprojeto visa o enriquecimento de quintais com espécies madeireiras, frutíferas e implementação de Agrofloresta. A formação foi imprescindível no sentido de subsidiar essas pessoas com técnicas agroecológicas e princípios agroflorestais, fundamentais para o êxito dos projetos em curso;
- Microprojeto de Comunicação/Divulgação (filme, vídeo etc), título “Construção de espaço de referência e ensino da cultura Terena”. A responsável foi Neide Rodrigues Salvador e o projeto foi desenvolvido entre 2014 e 2015. O espaço foi pensado para ser vinculado às escolas indígenas. No local acontecem exposições de artesanato, apresentações culturais e outras manifestações;
- Microprojeto de Educação Ambiental, título “Espaço Verde-Horta escolar”. O microprojeto foi executado em 2014 e 2015, sob responsabilidade de Valdenir Paiva. A iniciativa foi vinculada à escola Municipal Indígena Polo Presidente João Figueredo, da aldeia Lalima. Foi construída uma horta com princípios agroecológicos e o objetivo estava em fortalecer o contato do jovem com a terra, além de incentivar a prática de produção de alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos. O projeto também incrementou a merenda escolar.



PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS GATI

O edital PPP-GATI ¹⁴, apoiou o “Fortalecimento e incrementação das atividades do Projeto GATI na aldeia Lalima” e foi executado entre 2015 e 2016. Teve como objetivo a recuperação de 3 áreas de nascentes. Foram utilizadas espécies de uso tradicional e alimentares. O Projeto visou ainda fortalecer atividades de SAFs em andamento na TI com enfoque nas hortas familiares e quintais. O proponente foi o Itedi - Instituto Terena de Educação Intercultural.



©Org. CAIANAS

Oficina de implantação de Sistemas Agroflorestais na TI Lalima, ministrada pelos Terena: Leosmar Antônio, João Leôncio e Inácio Faustino (2013)

¹⁴ O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõem as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN).

PROJETO DE EXTENSÃO: CURSO SEMEANDO SABERES AGROECOLÓGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

A iniciativa foi coordenada pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e Projeto GATI, com apoio da Coordenação Regional da Funai de Campo Grande. Foram capacitados 60 agricultores das Áreas de Referência Terena. A iniciativa fortaleceu a comunidade estimulando a produção de alimentos saudáveis e promoveu a autogestão sustentável dos recursos naturais. O curso durou 12 meses (abril de 2015 a maio 2016) e foi construído a partir do levantamento prévio de demandas e discussões com as lideranças e famílias envolvidas com o Projeto GATI das TIs Lalima, Cachoeirinha e Taunay/Ipegue. Abaixo estão descritas as principais oficinas do Projeto de extensão, demandadas pela TI Lalima:

- Oficina de compostagem e biofertilizante, ocorrida em 19 e 20 de junho de 2015, ministrada pelo professor Rogério Ferreira da Silva, do curso Superior de Tecnologia em Agroecologia da UEMS. Teve como objetivo disponibilizar insumos alternativos de baixo custo econômico, fácil aplicação, eficientes e seguros para os agricultores e meio ambiente, visando o manejo das principais doenças encontradas nos agroecossistemas indígenas. Ocorreram quatro atividades, sendo elas: compostagem, manejo de adubos verdes, produção de biofertilizantes e produção de calda bordalesa¹⁵ e sulfocálcica;
- Oficina de beneficiamento/aproveitamento de mandioca. Embora a oficina tenha acontecido na TI Cachoeirinha, houve a participação de 07 mulheres da TI Lalima. O evento aconteceu no dia 17 de dezembro de 2015 e foi ministrada por Inês Ortega, técnica e pesquisadora da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul (Agraer). O conteúdo foi uma troca de experiências sobre receitas derivadas da mandioca, como bolos, sucos, inhoque, doces e outras.

APOIO À PARTICIPAÇÃO NO III ENA - ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

O GATI também apoiou a participação de indígenas do MS no 3º Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)¹⁶. O evento foi realizado no campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em Juazeiro (BA) entre os dias 16 e 19 de maio de 2014. Entre os participantes estavam os representantes da TI Lalima Joanice Xavier, Cleiton de Souza e Alaíde de Souza. Os indígenas Terena e Guarani Kaiowá participaram de diversas atividades, em especial das oficinas que visaram fortalecer as práticas tradicionais e uso de plantas medicinais.

¹⁵ **Calda Bordalesa** é um tradicional fungicida agrícola, resultado da mistura simples de sulfato de cobre, cal virgem e água. Apresenta eficiência comprovada sobre diversas doenças fúngicas e também ação contra bactérias e repelência para diversas pragas. Calda Sulfocálcica é um defensivo agrícola, resultado do preparo a quente da mistura de enxofre, cal virgem e água. Apresenta ampla ação fungicida, inseticida e acaricida. É também considerada um fertilizante foliar.

¹⁶ O evento foi promovido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que é uma rede formada por movimentos nacionais e regionais, instituições, organizações governamentais, não governamentais e de base comunitária que realizam ações de agroecologia. O objetivo do encontro foi aumentar a coesão política e a expressão pública do campo agroecológico brasileiro, a fim de demonstrar a importância da sociedade brasileira apoiar a agroecologia.

“REFORÇAMOS A AGROECOLOGIA COMO A ÚNICA SAÍDA PARA A SOCIEDADE., É ACIMA DE TUDO, UM MODO DE VIDA. ELA É PENSADA NO SENTIDO DA SUSTENTABILIDADE EM TODAS AS SUAS DIMENSÕES, NÃO PODEMOS PENSÁ-LA SEM A INCLUSÃO DOS JOVENS, CRIANÇAS, MULHERES E LIDERANÇAS.”

Leosmar Antônio, durante III ENA

ETNOMAPEAMENTO DA TI LALIMA

Oficina de etnomapeamento promovida pelo Projeto GATI na TI Lalima (2016)



©Paulo Baltazar

A primeira etapa do etnomapeamento da TI Lalima foi realizado em setembro de 2015. Participaram da atividade 15 indígenas que localizaram no mapa da Terra Indígena as áreas de uso comum, de ocorrência de determinados tipos de animais, espécies de plantas e paisagens. Também foram apontadas as áreas degradadas da Terra Indígena. Foram produzidos dois mapas, cujos temas foram Água, Uso e Ocupação da Terra Indígena.

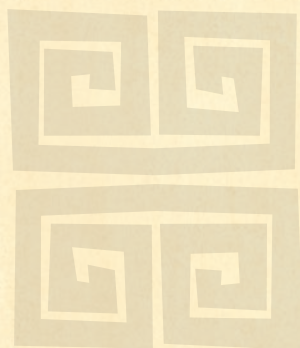
A segunda etapa do etnomapeamento aconteceu em junho de 2016 e foi o momento de validação dos mapas com a comunidade indígena. Como resultado final, os mapas produzidos poderão servir de material didático para as escolas indígenas e ainda poderão contribuir para dar continuidade a discussão de elaboração participativa do Plano de Gestão Ambiental e Territorial (PGTA).

RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI LALIMA

Os próximos passos necessários para garantir a continuidade das ações desenvolvidas pelo Projeto GATI na TI Lalima foram discutidos e debatidos entre os Terena e são apresentados a seguir. É preciso apoio técnico e financeiro para que as ações iniciadas tenham sustentabilidade em curto e médio prazo, garantindo a gestão territorial indígena.

- **Recuperação das áreas degradadas** apontadas no etnomapeamento da Terra Indígena Lalima por meio dos princípios da agroecologia e dos sistemas agroflorestais;
- Organização e implementação da atividade de **eco e etnoturismo** por meio da construção de trilhas e consolidação do Centro de Referência de Cultura Terena e regulamentação da atividade;
- Elaboração participativa do Plano de Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Lalima dando continuidade ao etnomapeamento;
- **Curso Superior de Bacharel em Agroecologia Indígena:** A Proposta Terena – Curso Superior de Bacharel em Agroecologia Indígena - construída com importante apoio do Projeto GATI, é fruto de um longo processo de discussão conjunta, iniciada em 2013, entre as comunidades indígenas Terena e as instituições de MS (UEMS, IFMS, UFMS e FUNAI/CR CG/MS). O curso tem como objetivo desenvolver a Ação Agroecológica Intercultural por meio de uma educação diferenciada junto aos povos indígenas, que perpassa pelo respeito aos conhecimentos tradicionais. Visa oportunizar o diálogo entre sistemas de conhecimentos para o desenvolvimento de uma educação contextualizada. Pretende utilizar a Pedagogia da Alternância, a pesquisa, o trabalho e a cultura como princípios educativos. Atualmente, comunidades indígenas e parceiros, vem dialogando com potenciais financiadores no sentido angariar recursos para implementação da proposta, que terá duração de 4 anos.

TERRA INDÍGENA
PIRAKUÁ



INTRODUÇÃO

A TI Pirakuá está localizada no estado do Mato Grosso do Sul (MS), no município de Bela Vista. A retomada deste território ocorreu na década de 1980, e foi liderada por Marçal de Souza. A Terra foi demarcada em 1991, homologada em 1992 e regularizada em 1993, com 2.384 hectares. É habitada tradicionalmente pelos povos Guarani Kaiowá e Guarani Ñandeva. Tem uma população estimada em 500 pessoas. A língua falada pelos indígenas é o Guarani Kaiowá. A população da TI é distribuída em oito regiões: Centro da Ponte, Ponte, Palmeiras, Apiká, Piri, Morro, Morro Cascavel e Morro do Macaco.

Pirakuá significa em Guarani "buraco de peixe". Esse nome foi dado em referência a uma formação de pedra que fica no rio Apa. O Pirakuá localiza-se fora dos limites da TI e é um lugar de territorialidade sagrada, por isso dá o nome à TI. Na sua porção norte, também é banhada pelos rios Piri e Dourados. Na parte sul, se estende até a serra do Mbarakaju e afluentes do rio Jejui. A Terra Indígena é limítrofe a APA (Área de Proteção Ambiental) Municipal Nascente do Rio Apa.

CONTEXTO

Embora a TI Pirakuá esteja inserida no Bioma Cerrado, ela é coberta em maior parte por uma parcela de Mata Atlântica Interior, com transição para Mata Seca. É detentora de uma área significativa de floresta considerada pelo Ministério do Meio Ambiente como prioritária para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Há tempos vem sendo visitada por indígenas de outras TIs da região como fonte de coleta de sementes nativas. Algumas das espécies florestais encontradas são peroba rosa, pau-vidro, pau-marfim, canjerana, aroeira, carandiuva e castelo.

A Terra Indígena vem sendo assediada por fazendeiros e comerciantes do setor madeireiro que incentivam o corte ilegal de espécies nativas. É muito importante pensar novas formas de manejo dos recursos florestais desta TI que ainda mantém uma grande área de mata preservada.

Outras ameaças e pressões que a TI vem sofrendo são o assoreamento de rios, processos erosivos severos, queimadas sem manejo adequado, falta de aceiros para que os incêndios não se espalhem, pecuária extensiva e nascentes não incorporadas na delimitação. Outro problema grave é a derrubada e a retirada ilegal de madeira da TI.

ORGANIZAÇÃO SOCIO-POLÍTICA

A organização política nas TIs Guarani Kaiowá se dá de forma mais ampla por meio da Comissão dos Professores Indígenas Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Essa organização, apesar de ser constituída pelos professores, não possui como foco somente a educação escolar, mas outras questões da vida Guarani. Os Guarani Kaiowá e Ñandeva





TI Pirakuá

também são representados pela Aty Guassu (grande reunião) que é uma associação estabelecida a partir de padrões tradicionais da política Guarani. É reconhecida nacionalmente e reúne as lideranças políticas e religiosas que periodicamente se encontram para discutir ações, problemas e outras demandas das aldeias.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GATI

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Os primeiros passos para o desenvolvimento do Projeto GATI na TI Pirakuá aconteceram com a reunião de esclarecimento ocorrida de 11 a 13 de março de 2012. Nesse encontro, a consultora regional Graziella Sant'Ana, acompanhada de servidores da Funai sede e da Coordenação Regional de Campo Grande falou dos objetivos do GATI e levantou demandas e expectativas dos indígenas em relação ao Projeto. Esse encontro antecedeu a formação do Conselho Regional Deliberativo e foi de suma importância, pois além de traçar as primeiras estratégias do Projeto para a TI, também escolheu representantes indicados pela comunidade para compor Conselho. Assim, os escolhidos foram Marciano Ireno (titular) e Felipe Gomes Ortega (suplente).

Outro ponto relevante para desenvolver as atividades do GATI na região foi a necessidade de construir parcerias com quem já desenvolve trabalhos com povos indígenas. Para tanto, o GATI dialogou com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)/Campus de Aquidauana que tem cursos de licenciatura indígena; a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) que desenvolve projetos em TIs; o Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS) com os cursos do Pronatec para povos indígenas; Ibama com o Prev-Fogo que oferece cursos de formação de brigadistas; e com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), principalmente com a Faculdade Intercultural Indígena (Faind) com o Curso de Licenciatura Indígena Teko Arandu. Esta rede de parceiros contribuiu e otimizou as ações do GATI e ainda fortaleceu a visibilidade de projetos destinados aos povos indígenas.

APOIO ÀS AÇÕES DE AGROFLORESTA

O principal foco das ações do GATI na TI Pirakuá no tema sistemas agroflorestais se deu no enriquecimento dos quintais. Esses espaços nas casas Guarani são de grande importância cultural, social, alimentar, econômica, assim como representam toda simbologia para o convívio familiar. É possível dizer que, após os intercâmbios, participações em oficinas e eventos, as famílias puderam conhecer novas técnicas e, assim, obter novos olhares em relação aos seus quintais. Para incrementar ainda mais a diversidade nesses espaços Guarani, a CR Ponta Porã adquiriu e distribuiu para as famílias de Pirakuá aproximadamente 750 mudas de frutíferas e madeireira.



Visita às áreas de quintais agroecológicos durante oficina de agrofloresta na TI Pirakuá (2013)

©Robert Miller



Debates durante a 2ª reunião do Conselho Regional Pantanal/Cerrado realizada na TI Pirakuá (2013)

©Robert Miller

INTERCÂMBIO COOPERAFORESTA

“O QUE TENHO DE EXPERIÊNCIA DO GATI AQUI NA ALDEIA EU APRENDI LÁ EM SP, PR, EM ARARIBÁ, NO NORTE. EU DEIXEI MEU CONHECIMENTO LÁ E TROUXE O CONHECIMENTO, PRA CÁ, PRA MINHA ALDEIA.”

Jorge Gomes, Aty Guasu/TI Pirakuá



A Cooperafloresta é uma cooperativa de agrofloresta localizada em Barra do Turvo-SP. Este foi o primeiro intercâmbio promovido pelo GATI para os indígenas do Núcleo Regional Pantanal/Cerrado e aconteceu entre os dias 27 de abril a 06 de maio de 2013. Teve como objetivo conhecer e trocar experiências e conhecimentos entre agricultores familiares e indígenas sobre agricultura e agroflorestas. A caminho da Cooperafloresta, os participantes visitaram a TI Araribá (SP), também Área de Referência do Projeto GATI, no Núcleo Mata Atlântica Sudeste, onde conheceram as iniciativas de restauração de matas ciliares, agregação de valor à produção de mandioca e o centro cultural dos Guarani-Nhandeva.

PARTICIPANTES INTERCÂMBIO COOPERAFORESTA

Jorge Gomes e Felipe Gomes Ortega (Pirakuá), Inácio Faustino Lourenço de Camilo, Leosmar Antônio, Jacinea Martins, Thiago Gastaldello, Gilmar Martins Marcos Galache, João Martins de Souza, Neide Rodrigues Salvador, Laucídio Marques, Ademilson Conciância Verga, Sidney Moraes de Albuquerque.

Assista os vídeos dos intercâmbios realizados pela Ascuri (Associação Cultural de Realizadores Indígenas):

<https://vimeo.com/81215595> (visita à TI Araribá)

<https://vimeo.com/81215594> (visita à Cooperafloresta)

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

Representantes Terena e Guarani Kaiowá participaram do III ENA – Encontro Nacional de Agroecologia, realizado no campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em Juazeiro (BA) em 16 a 19 de maio de 2014.

Além de participar ativamente das feiras, seminários temáticos, oficinas, ato público e reuniões entre os indígenas, foi possível contribuir com a elaboração de uma carta política que foi entregue na plenária final do III ENA, apontando a demanda por uma agroecologia com a perspectiva dos povos indígenas. Entre os participantes estavam Urbano Escalante da TI Pirakuá.

Os Kaiowá também participaram do Agroecol/2014¹⁷, criando junto com os Terana o Grupo de Trabalho – GT – “Comunidades Indígenas e a Agroecologia: estratégias para o desenvolvimento sustentável”. Foi muito importante a possibilidade de construir novas metodologias com base na rede de experiências nas TIs, que buscou resgatar a cosmovisão Guarani Kaiowá do ambiente para a gestão ambiental e territorial, levando em consideração os componentes simbólicos, físicos e imateriais que representa o bem viver através do mundo espiritual. Na abertura do evento participaram Argemiro Escalante e Jorge Gomes, mestres tradicionais do *Mosarambihara*, ambos da TI Pirakuá.



Feira de sementes durante 2ª reunião do Conselho Regional realizada na TI Pirakuá (2013)

17 1o Seminário de Agroecologia do Sul, 5o Seminário de Agroecologia em Mato Grosso do Sul, 4o Encontro de Produtores Agroecológicos em Mato Grosso do Sul, 1o Seminário de Sistemas Agroflorestais em Bases, Agroecológicas em Mato Grosso do Sul, Dourados – MS, 19 a 21 de novembro de 2014.

APOIO ÀS AÇÕES DE FORMAÇÃO

“ACONTECEU REUNIÃO, TIVEMOS UMA REUNIÃO, NÃO AINDA UMA ASSEMBLEIA E NOMEADOS PESSOAS, FIZEMOS UM ESTATUTO, MAS FALTA MELHORAR, O NOME DA ASSOCIAÇÃO. É O INÍCIO DA LUTA DAS MULHERES. AGRADEÇO A OFICINA PARA ENTENDER E TER MAIS INFORMAÇÕES DE COMO FUNDAR UMA ASSOCIAÇÃO.”

Irene Gomes, TI Pirakuá

As mulheres da TI Pirakuá participaram de uma oficina de associativismo ocorrida em 22 de março de 2014. Participaram da atividade 30 mulheres indígenas que conheceram as bases para se constituir uma associação indígena. Ministraram a oficina Graziella Sant'Ana (UFGD) e Aislan Vieira (IFMS), acompanhados da consultora Renata Aguilar e os conselheiros indígenas do GATI Felipe Ortega e Jorge Gomes.

Uma das demandas iniciais dos povos indígenas do Pantanal foi a construção e implementação de um “centro de formação”. Para ajudar a discutir esse tema, foi realizado um intercâmbio para apresentar experiências de centro de formação indígena já em curso para que os Guarani Kaiowá e Terena refletissem sobre como deveria ser um centro de formação para seus territórios.

Este intercâmbio ocorreu de 11 a 21 de junho de 2013 e teve como destino o Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol-CIFCRSS, em Roraima, e o Centro de Formação Povos da Floresta no Acre, da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre).

PARTICIPANTES INTERCÂMBIO CENTROS INDÍGENAS DE FORMAÇÃO

Jorge Gomes e Marciano Ireno (Pirakuá), Leosmar Antônio, Inácio Faustino (Cachoeirinha), Gilson Pinheiro Gomes (Lalima), Célio Francelino Fialho e Paulo Baltazar (Taunay-Ipegue), Zuleine Duarte Garay (Sassoró), João Martins de Souza (Jaguapiré), Anastácio Peralta (Panambizinho), Jacineia Martins e Amanda Sandoval Cury (Funai CR Campo Grande), Marcelo Gomes Monteiro (Entre Serras-PE), Renato da Silva Filho, Celinho Belizário, Eliel Benites (Caarapó), Gilmar Galache (ASCURI).

Assista os vídeos dos intercâmbios realizados pela Ascuri (Associação Cultural de Realizadores Indígenas):

<https://vimeo.com/81590174> - Acre

<https://vimeo.com/81590083> - Roraima

A partir desse intercâmbio, surgiram desdobramentos específicos para os Terena e os Guarani Kaiowá, em relação a propostas de formação. No caso dos Guarani Kaiowá, foi construída a proposta de um programa de formação itinerante, denominado “*Mosarambihára*” (semeadores do bem viver Guarani e Kaiowá).

O Programa de Formação *Mosarambihara*- “semeador” em Guarani- é uma ação do Projeto GATI que envolveu as TIs Pirakuá, Jaguapiré, Sassoró, Caarapó e Panambizinho e teve como objetivo fortalecer a gestão ambiental e territorial das TIs envolvidas, a partir dos valores e conhecimentos tradicionais próprios dos Guarani. O programa foi concebido em conjunto com os conselheiros indígenas do Projeto e outras lideranças, e teve no seu escopo ações com etnomapeamento, agroecologia, viveiros, recuperação ambiental. Teve ainda a formação em audiovisual, por meio módulos itinerantes, com cada TI desenvolvendo um módulo a partir de iniciativas potenciais ou em andamento naquela região. A Ascuri, por meio de Carta de Acordo com o Projeto GATI, Funai e Pnud coordenou a execução da formação.

Com a finalidade de subsidiar as ações do *Mosarambihára* – semeador do bem viver guarani e kaiowá foi organizado na TI Pirakuá de 04 a 06 de setembro de 2014, uma oficina de coleta de sementes florestais e a marcação de trilhas com uso de GPS para confecção de mapas. Na ocasião os indígenas Jorge Gomes (*Aty Guassu*) e Felipe Ortega (conselheiro do GATI) ensinaram como preparar alternativas para o controle de insetos e como fazer a poda de frutíferas.

O primeiro módulo do *Mosarambihara* aconteceu na aldeia Te'yikue na TI Caarapó, de 08 a 11 de dezembro de 2014. Os jovens Roberto Carlos Recarte, Felipe Ortega, Eva Ramos, Regina Franco da Silva, Tiago Sarati e o mestre tradicional (ñanderu) Argemiro da Silva Escalante foram os representantes da TI Pirakuá.





“O JEITO QUE ELA CAIU DÁ PARA PERCEBER O JEITO DA PLANTA, COMO NINGUÉM PLANTA, SE NINGUÉM MEXE, DÁ UM SINAL. QUANDO AMADURA A SEMENTE, ELE CAI, E SE NINGUÉM MEXE AQUI ELA NASCE, PRECISA PRESTAR MUITA ATENÇÃO NA HORA DE COLHER SEMENTE E PLANTAR, CADA UMA DELA TEM UM LUGAR, SE É DO BREJO, DO CERRADO, SE É NA CHUVA. PAU MARFIM, GUATAMBU BRANCO É TUDO MEDICINAL. AROEIRA AINDA VAI FLORESCEER DEPOIS QUE CAIR TODAS AS FOLHAS. CANAFISTULA MADEIRA DE LEI, JATOBÁ MIRIM, AROEIRA, IPÊ, CASTELO E O ÂNGELIM TAMBÉM, O BRANQUINHO É MADEIRA DURA PARA LENHA, O ÂNGICO PRETO SERVE PRA FAZER CASA E A MARIA PRETA TAMBÉM. DEPOIS DE UMA CHUVA A GENTE VEM AQUI PRA COLETAR MUDA.”

Jorge Gomes e Felipe Ortega, TI Pirakuá



Casa tradicional Guarani Kaiowá na TI Pirakuá (2014)

RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI PIRAKUÁ

Dar continuidade as ações desenvolvidas pelas comunidades em parceria com o Projeto GATI é fundamental para manter a autoestima, a motivação e articulação que se constitui nos últimos anos na região do MS. Ações de formação, recuperação de áreas degradadas, diagnósticos das realidades locais e planejamento de ações futuras foram desenvolvidas, mas é preciso apoiar as ações futuras visando garantir a gestão territorial e ambiental da TI Pirakuá. Entre essas ações destacam-se as demandas discutidas com as comunidades a seguir:

- Apoiar a continuidade do Programa de Formação Mosarambihara;
- Dar continuidade às ações de implantação de sistemas agroflorestais e enriquecimento de quintais, como ferramenta de gestão territorial dos Kaiowá da TI Jaguapiré;
- Apoiar a incidência e participação indígena nos espaços da Agroecologia em âmbito local, regional e nacional.





Oficina de produção audiovisual para jovens Guarani Kaiowá da TI Pirakuá promovidos pela Ascuri em parceria com o Projeto GATI (2015)



Oficina de produção audiovisual para jovens Guarani Kaiowá da TI Pirakuá promovidos pela Ascuri em parceria com o Projeto GATI (2015)



Oficina de produção audiovisual para jovens Guarani Kaiowá da TI Pirakuá promovidos pela Ascuri em parceria com o Projeto GATI (2015)



Oficina de produção audiovisual para jovens Guarani Kaiowá da TI Pirakuá promovidos pela Ascuri em parceria com o Projeto GATI (2015)

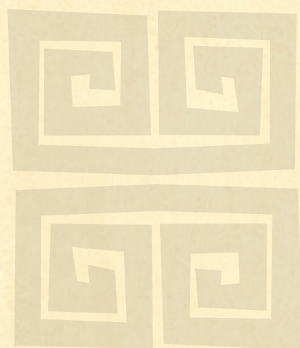
Jogo de futebol entre jovens da TI Pirakuá (2015)



Paisagem na TI Pirakuá com fragmentos de mata associadas com os núcleos familiares Guarani Kaiowá (2015)



TERRA INDÍGENA
SASSORÓ



INTRODUÇÃO

A Terra Indígena Sassoró está localizada no município Tacuru, Estado do Mato Grosso do Sul (MS). A terra está regularizada com 1.923 hectares e é habitada tradicionalmente pelos povos Guarani Kaiowá e Guarani Nandeva. Sua população está estimada em 2.276 pessoas que falam a língua Guarani Kaiowá. Apesar da TI fazer parte do “Núcleo Pantanal/Cerrado” no Projeto GATI, está localizada na porção de Mata Atlântica Interior, com a ocorrência de Florestas Estacionais e Savanas, que caracteriza a região sul do Estado de Mato Grosso do Sul.

CONTEXTO

A TI Sassoró faz parte das 08 reservas que foram criadas no Mato Grosso do Sul pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1915. Está situada na bacia do rio Iguatemi, que banha várias Terras Indígenas. Apresenta um cenário de redução da cobertura vegetal, com predomínio de plantas invasoras como a braquiária, o capim colônião e outros que são heranças deixadas pelas fazendas que ocupavam esse território tradicional. O uso excessivo de agrotóxicos pelas plantações de soja no entorno da TI, contamina as nascentes que se encontram assoreadas devido a degradação das matas ciliares.

É comum a prática de roças com o sistema da queima e pousio, o que pode levar à perda da capacidade produtiva da terra, além do descontrole dos incêndios que vão invadindo o que restou de floresta, provocando o efeito de borda, uma vez que o entorno é produtor de monocultivos. A comunidade, por outro lado, planta para sua subsistência, principalmente milho, mandioca, abóbora e melancia. As atividades de criação de animais de pequeno porte são de responsabilidade tanto das mulheres como dos homens, porém, cabe aos homens a construção da infra-estrutura. Há também coleta de mudas de árvores na mata para o plantio nos quintais, plantas que na sua maioria são de uso medicinal e construção. Há produção de artesanato para comercialização, tais como bijuterias, arcos e flechas, cocares e maracás.



ORGANIZAÇÃO SOCIO-POLÍTICA

A Associação de Liderança da Aldeia Sassoró (Alpink) é quem representa politicamente a Terra Indígena. De maneira geral, todos os Guarani do MS são representados pela Comissão dos Professores Indígenas Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul, cujo foco de atuação vai além da educação escolar. Também são representados Aty Guassu (grande reunião)



 TI Sassoró

que é uma assembléia estabelecida a partir de padrões tradicionais da política Guarani. A Aty Guassu é uma organização não institucionalizada reconhecida nacionalmente e reúne as lideranças políticas e religiosas que periodicamente se encontram para discutir ações, problemas e outras demandas das aldeias.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GATI

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

O GATI iniciou suas atividades na TI Sassoró em meados de março de 2012, inicialmente por meio de reuniões de esclarecimento e levantamentos de demandas e expectativas em relação ao Projeto. Nessa ocasião, a comunidade assinou um termo de compromisso e indicou nomes de seus representantes para compor o Conselho Deliberativo do Núcleo Pantanal/Cerrado. As pessoas indicadas foram Zuleine Garay Duarte (titular) e Cléber Montiel Pereira (suplente).

A instalação do Conselho Regional Pantanal/Cerrado aconteceu nos dias 08 a 10 de outubro de 2012 em Campo Grande (MS). Essa primeira reunião debateu ações e projetos para a TI e oficializou os nomes de todos os conselheiros indicados.

A segunda reunião do Conselho, realizada na TI Pirakuá entre 22 e 23 de fevereiro de 2013, elegeu Leosmar Antônio (Terena) como presidente e Zuleine Garay Duarte (Guarani Kaiowá) como vice-presidente do conselho. Foi elaborado um plano de ação para todas as TIs do Núcleo nos principais temas:

- Medicina tradicional;
- Sementes tradicionais;
- Formação de agentes ambientais indígenas;
- Controle de incêndios;
- Recuperação de rios e nascentes;
- Enriquecimento de quintais e roças.



Membros do Conselho Regional reunidos durante 3ª reunião ordinária realizada na TI Sassoró (2014)

A terceira reunião o conselho aconteceu entre 6 a 8 de maio de 2014, na própria TI Sassoró e indicou o novo presidente do Conselho Regional que passou a ser Zuleine Garay Duarte (Guarani Kaiowá), e o vice Laucídio Marques (Terena), conselheiro da TI Taunay/Ipegue.

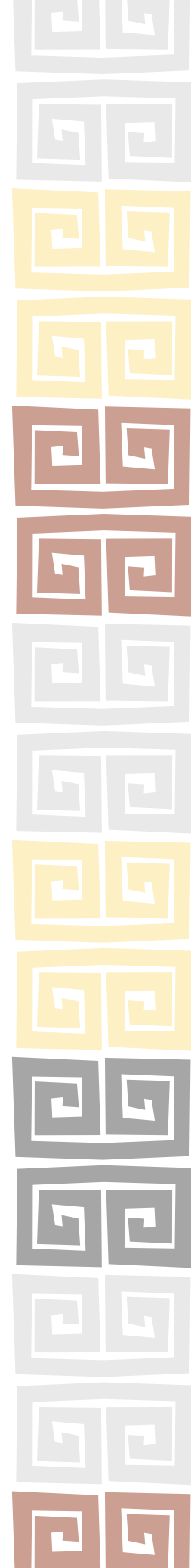
APOIO ÀS AÇÕES DE AGROFLORESTA

Na TI Sassoró, o GATI apoiou ações de enriquecimento e plantio de quintais e das roças tradicionais com frutíferas e espécies de árvores nativas. Para tanto, diversas oficinas de agrofloresta foram realizadas com o apoio da Coordenação Regional da Funai de Ponta Porã e Coordenação Técnica Local de Tacuru. As oficinas foram uma ferramenta para a recuperação de áreas degradadas e incentivo à produção de alimentos de qualidade a partir dos quintais das famílias. Uma delas foi realizada na TI Jaguapiré entre os 13 a 15 de maio de 2013, e contou com representantes da TI Sassoró.

Ainda em 2013, a consultoria regional do GATI elaborou projetos de plantio destinados à Funai e também ao edital da Carteira Indígena/Chamada GATI¹⁸. Intitulado “*Kunumi Poy Rendy* (Menino do Colar Brilhante)”, o Projeto da Carteira teve como objetivo implantar 3 hectares de cultura de erva mate, consorciada com mandioca. Os beneficiados foram 15 grupos macro-familiares. Em 2014, a CR Ponta Porã também adquiriu mais de 700 mudas de plantas e distribuiu entre as famílias das Áreas de Referência Guarani do Projeto GATI, entre elas a TI Sassoró.

Depois de participar de diversas atividades e eventos de formação e intercâmbios organizados pelo Projeto, a conselheira Zuleine Garay Duarte ministrou seis oficinas agroecológicas na TI Sassoró, ao longo de 2014, com foco nos quintais. As mulheres foram o público alvo principal, o que demonstrou o fortalecimento do grupo. Através das práticas aplicadas as plantas se desenvolveram saudáveis, de forma mais sustentável, e cada vez menos dependentes de insumos externos ou venenos.

¹⁸ A Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas - Carteira Indígena - foi uma ação de parceria entre o Ministério do Meio Ambiente - MMA, através da sua Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR, e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, através da sua Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, com o objetivo contribuir para a gestão ambiental das Terras Indígenas e a segurança alimentar e nutricional das comunidades Indígenas, em todo o território nacional. Tipos de projetos apoiados: produção de alimentos, agroextrativismo, artesanato, gestão ambiental e revitalização de práticas e saberes tradicionais associados às atividades de auto-sustentação das comunidades indígenas, de acordo com as suas demandas, respeitando suas identidades culturais, estimulando sua autonomia e preservando e recuperando o ambiente das Terras Indígenas. Em 2012 houve o lançamento do edital específicos para as Áreas de Referência (ARs) do Projeto GATI. Dezesesseis ARs apresentaram propostas.



PROGRAMAS DE PEQUENOS PROJETOS GATI

O edital PPP-GATI¹⁹ apoiou o projeto “*Yvy rumi renõi poty* - Amigo da Terra: germinar e florescer”, que teve como objetivo envolver a comunidade indígena e a escola Ubaldo Arandu Kue-Mi nas temáticas de educação ambiental, recuperação de nascentes e segurança alimentar. As atividades de educação ambiental associadas ao ambiente escolar, com participação de alunos e professores, e o viveiro, possibilitaram a produção de mudas, gerando saberes e reflexões acerca da natureza, da recuperação de nascentes e da valorização cultural. Incentivou ainda a inclusão do tema “Educação Ambiental” no currículo e no projeto político pedagógico da escola, apoiando os professores para atuarem no viveiro, como um espaço para aulas práticas. A proponente do projeto foi a Associação de Liderança da aldeia Sassoró (Alpink).

INTERCÂMBIO COOPERA FLORESTA

A Cooperafloresta é uma cooperativa de produtores agroflorestais localizada em Barra do Turvo-SP. Este foi o primeiro intercâmbio promovido pelo GATI para os indígenas do Núcleo Regional Pantanal/Cerrado e aconteceu entre os dias 27 de abril a 06 de maio de 2013, e teve como objetivo conhecer e trocar experiências e conhecimentos entre agricultores familiares e indígenas sobre agricultura e agroflorestas. A caminho da Cooperafloresta, os participantes visitaram a TI Araribá (SP), Área de Referência do Projeto GATI no Núcleo Mata Atlântica Sudeste, onde conheceram as iniciativas de restauração de matas ciliares, agregação de valor à produção de mandioca e o centro cultural dos Guarani-Nhandeva.

PARTICIPANTES INTERCÂMBIO COOPERA FLORESTA

Jorge Gomes e Felipe Gomes Ortega (Pirakuá), Inácio Faustino Lourenço de Camilo, Leosmar Antônio, Jacinea Martins, Thiago Gastaldello, Gilmar Martins Marcos Galache, João Martins de Souza, Neide Rodrigues Salvador, Laucídio Marques, Ademilson Conciância Verga, Sidney Morais de Albuquerque.

Assista os vídeos dos intercâmbios realizados pela Ascuri (Associação Cultural de Realizadores Indígenas):

<https://vimeo.com/81215595> (visita à TI Araribá)

<https://vimeo.com/81215594> (visita à Cooperafloresta)

¹⁹ O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõem as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

O ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

Representantes Terena e Guarani Kaiowá participaram do III ENA – Encontro Nacional de Agroecologia, realizado no campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em Juazeiro (BA) em 16 a 19 de maio de 2014.

Além de participar ativamente das feiras, seminários temáticos, oficinas, ato público e reuniões entre os indígenas, foi possível contribuir com a elaboração de uma carta política entregue na plenária final do III ENA, apontando a demanda por uma agroecologia com a perspectiva dos povos indígenas. Entre os participantes estava Ana Maria Furtado da TI Sassoró.

Os Kaiowá também participaram do Agroecol/2014²⁰ criando, junto com os Terena, o Grupo de Trabalho – GT – “Comunidades Indígenas e a Agroecologia: estratégias para o desenvolvimento sustentável”. Foi muito importante a possibilidade de construir novas metodologias com base na rede de experiências nas TIs, que buscou resgatar a cosmovisão Guarani Kaiowá do ambiente para a gestão ambiental e territorial, levando em consideração os componentes simbólicos, físicos e imateriais que representa o bem viver através do mundo espiritual.



©Robert Miller

Área de plantio de abacaxi na TI Sassoró, iniciativa apoiada pela CTL Tacuru/Funai e Projeto GATI (2014)

²⁰ 1o Seminário de Agroecologia do Sul, 5o Seminário de Agroecologia em Mato Grosso do Sul, 4o Encontro de Produtores Agroecológicos em Mato Grosso do Sul, 1o Seminário de Sistemas Agroflorestais em Bases, Agroecológicas em Mato Grosso do Sul, Dourados – MS, 19 a 21 de novembro de 2014.

MICROPROJETOS

Na TI Sassoró foram executados quatro microprojetos:

- “Cultivo de sementes tradicionais na TI Sassoró” sob responsabilidade da indígena Zuleine Garay Duarte da aldeia Sassoró. Os objetivos da iniciativa foram realizar oficinas especialmente com mulheres e promover o plantio dos quintais com técnicas agroecológicas. A ideia foi ensinar a plantar sem precisar queimar grandes áreas, produzir alimentos perto de casa sem necessidade de buscar alimentos a longas distâncias;
- “Construção do espaço GATI na TI Sassoró”, sob responsabilidade de Cristiane Duarte da aldeia Sassoró. O objetivo do projeto foi construir um centro de referência do Projeto GATI dentro da TI Sassoró para a realização do 2º módulo da Formação Mosarambihara e, posteriormente, receber encontros, reuniões e oficinas do GATI. O espaço também se tornou disponível para a comunidade promover atividades de ambiência, arte e cultura;
- Dois microprojetos de “Fortalecimento dos quintais agroecológicos na TI Sassoró” sob responsabilidade de Valmir Nunes e Queila Benites. Ambos projetos tiveram como objetivo propiciar práticas agroecológicas com vistas à segurança alimentar e nutricional das famílias Guarani Kaiowá, incentivando o plantio diversificado nos quintais. O projeto também incentivou a participação das famílias e dos alunos do Mosarambihara em mutirões de plantios das áreas degradadas.



Participantes de seminário de formação Guarani Kaiowá na TI Sassoró, ocasião em que nasce a Formação Mosarambihára (2013)

AÇÕES DE APOIO À FORMAÇÃO

Uma das demandas iniciais dos povos indígenas do Pantanal foi a construção e implementação de um “centro de formação”. Para ajudar a discutir esse tema, foi realizado um intercâmbio para apresentar outras experiências de centro de formação indígena já em curso para que os Guarani Kaiowá e Terena refletissem sobre como deveria ser um centro de formação para seus territórios.

Este intercâmbio ocorreu de 11 a 21 de junho de 2013 e teve como destinos o Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol-CIFCRSS, em Roraima, e o Centro de Formação Povos da Floresta no Acre, da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre).

PARTICIPANTES INTERCÂMBIO CENTROS INDÍGENAS DE FORMAÇÃO

Jorge Gomes e Marciano Ireno (Pirakuá), Leosmar Antônio, Inácio Faustino (Cachoeirinha), Gilson Pinheiro Gomes (Lalima), Célio Francelino Fialho e Paulo Baltazar (Taunay-Ipegue), Zuleine Duarte Garay (Sassoró), João Martins de Souza (Jaguapiré), Anastácio Peralta (Panambizinho), Jacineia Martins e Amanda Sandoval Cury (Funai CR Campo Grande), Marcelo Gomes Monteiro (Entre Serras-PE), Renato da Silva Filho, Celinho Belizário, Eiel Benites (Caarapó), Gilmar Galache (ASCURI).

Assista os vídeos dos intercâmbios realizados pela Ascuri (Associação Cultural de Realizadores Indígenas):

<https://vimeo.com/81590174> - Acre

<https://vimeo.com/81590083> - Roraima

A partir desse intercâmbio, surgiram desdobramentos específicos para os Terena e os Guarani Kaiowá, em relação a propostas de formação. No caso dos Guarani Kaiowá, foi construída a proposta de um programa de formação itinerante, denominado “*Mosarambihára*” (semeadores do bem viver Guarani e Kaiowá).

O Programa de Formação “*Mosarambihara*- Semeador do bem viver Guarani e Kaiowá” - é uma ação do Projeto GATI que envolveu as TIs Pirakuá, Jaguapiré, Sassoró, Caarapó e Panambizinho. Teve como objetivo fortalecer a gestão ambiental e territorial das TIs envolvidas, a partir dos valores e conhecimentos tradicionais próprios dos Guarani. O programa foi concebido em conjunto com os conselheiros indígenas do Projeto e outras lideranças. Teve no seu escopo ações com etnomapeamento, agroecologia, viveiros e recuperação ambiental por meio de módulos itinerantes, com cada TI desenvolvendo uma etapa a partir de iniciativas potenciais ou em andamento naquela região. A Ascuri, por meio de Carta de Acordo com o Projeto GATI, Funai e Pnud coordenou a execução da formação.

Durante o primeiro módulo, ocorrido entre 08 a 11 de dezembro de 2014, os representantes da TI Sassoró foram Valmir Nunes, Ana Maria Duarte Furtado, Queila Benites, Rodrigo Rostate, Diego Gomes Rodrigues e Zuleine Garay. Como atividade preparatória para este módulo, houve em Sassoró, uma oficina de adubação verde em sistemas produtivos indígenas, com participação de estudantes indígenas da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS).

PARTICIPANTES DO 2º MÓDULO DO MOSARAMBIHARA

Arlindo Almeida, Ezaul Martins, Dila Duarte Castelão, Marcos Gomes, Dilson Duarte Riquelme, Laurindo Gomes, Cecília Benites, Francileyne Duarte Vera, Sonia Meireles, Marcielly R. Nunes, Luana Lopes Martins, Isabel Rodrigues Gomes, Thiago Gomes, Thiago Montiel, Franciela Duarte, Laurino Acosta.

RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI SASSORÓ

Dar continuidade as ações desenvolvidas pelas comunidades em parceria com o Projeto GATI é fundamental para manter a autoestima, a motivação e articulação que se constitui nos últimos anos na região do MS. Ações de formação, recuperação de áreas degradadas, diagnósticos das realidades locais e planejamento de ações futuras foram desenvolvidas e é preciso apoiá-las visando garantir a gestão territorial e ambiental da TI Sassoró. Entre essas ações destacam-se as demandas discutidas com as comunidades a seguir:

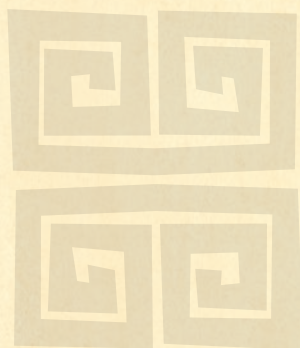
- Apoiar a continuidade do Programa de Formação Mosarambihara;
- Dar continuidade às ações de implantação de sistemas agroflorestais e enriquecimento de quintais, como ferramentas de gestão territorial dos Kaiowá da TI Sassoró;
- Apoiar a incidência e participação indígena nos espaços da Agroecologia em âmbito local, regional e nacional;
- Apoiar os pequenos e microprojetos como forma de manter ações continuadas na TI diretamente com as comunidades.





Construção de viveiro na TI Sassoró para produção de mudas de árvores para enriquecimento de quintais e recomposição ambiental (2014)

TERRA INDÍGENA
TAUNAY-IPEGUE



INTRODUÇÃO

A TI Taunay-Ipegue está localizada no município de Aquidauana no Estado do Mato Grosso do Sul (MS). A terra está regularizada com 6.461 hectares e soma atualmente uma população de 4.576 pessoas, distribuídas em 7 aldeias. As aldeias da TI Taunay-Ipegue são: Bananal, Lagoinha, Morrinho, Imbirissu, Ipegue, Colônia Nova e Água Branca. A terra é habitada tradicionalmente pelo povo Terena. A língua Terena, de família linguística Aruak, é muito falada pela maioria da população.

Vale ressaltar ainda que a TI Taunay-Ipegue está em revisão de limites, cujo processo se arrasta há mais de 10 anos. O Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de 2003, apontou uma área de ocupação tradicional de 33.900 hectares. Recentemente, em 02 de maio de 2016, a portaria declaratória da Terra Indígena foi assinada pelo Ministro da Justiça.

CONTEXTO

A TI Taunay-Ipegue está localizada no bioma Pantanal, em plena planície Pré-Pantaneira, que separa o Planalto Brasileiro da Serra de Maracaju. A região não sofre alagamentos constantes como em outros pontos da planície, o que favorece a presença de vegetação mais diversificada. A TI é apontada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) como área de alta prioridade na conservação e conhecimento da biodiversidade, contando com a presença do Córrego do Peixe, que beneficia as sete aldeias e favorece o seu uso para abastecimento e pesca. Por conta do desmatamento das matas ciliares, o córrego sofre com assoreamento, sendo urgente ações de recuperação. Uma ameaça presente na TI é o fogo descontrolado na área, o que provoca a extinção da vegetação usada para o extrativismo e coleta de plantas medicinais.

A agricultura é a principal atividade na TI, com seus campos de cultivo permanentes. Os Terena utilizam maquinário para o preparo da terra e o plantio. A produção é basicamente para o consumo familiar e, quando possível, se comercializa o excedente. Os principais produtos cultivados são feijão, mandioca, milho, feijão miúdo, abóbora, melancia e maxixe. Também há criação em pequena escala de animais como gado, galinha e porco. Há prática da pesca, coleta de mel e plantas medicinais. Entre outras iniciativas de geração de renda estão a fabricação de cestaria de palhas variadas, de cerâmicas e adereços como colares, pulseiras, brincos de sementes e de madeira.



TI Taunay-Ipegue

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Em geral, os Terena se organizam através das relações de grupos familiares e não familiares. Existe a presença do cacique e do conselho tribal (grupo de lideranças de anciões Terena que debatem as questões da aldeia juntamente com o cacique), além das associações por eles formadas que lutam pelas reivindicações políticas e educacionais junto a vários setores.



No caso da TI Taunay-Ipegue, a maioria das aldeias possui associação de base comunitária: Associação de Mulheres da Aldeia Bananal, Associação das Mulheres Indígenas de Taunay (Aait); Associação dos Amigos do Baixadão da Aldeia Ipegue (Assab); Associação dos Moradores da Aldeia de Ipegue; Associação Indígena Terena dos Apicultores da Aldeia Água Branca; Associação Recreativa Terena de Aquidauana (Arta).

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GATI

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

O GATI começou sua atuação na TI Taunay-Ipegue em meados de novembro de 2011, com reunião de esclarecimento, na qual foram dadas explicações sobre o Projeto e levantadas demandas e expectativas. Em outubro de 2012, aconteceu a instalação do Conselho Regional Pantanal/Cerrado, em Campo Grande, que debateu ações e projetos e oficializou os nomes de Célio Francelino Fialho (titular) e Valmir José (suplente) como representantes da TI Taunay-Ipegue.

A segunda reunião do Conselho, realizada na TI Pirakuá entre 22 e 23 de fevereiro de 2013, elegeu Leosmar Antônio (Terena) como presidente e Zuleine Duarte (Guarani Kaiowá) como vice presidente do conselho. Na ocasião foi elaborado um plano de ação para todas as TIs Terena do Núcleo cujos temas norteadores foram:

- plantios de SAFs (Sistemas Agroflorestais);
- recuperação de bacias, dos açudes e dos mananciais, através de reflorestamento, entre outras ações;
- recuperação de áreas degradadas;
- formação de agentes ambientais;
- lixo.

A terceira reunião do conselho aconteceu entre 6 a 8 de maio de 2014, na TI Sassoró e indicou o novo presidente do Conselho Regional que passou a ser Zuleine Garay Duarte (Guarani Kaiowá), e o vice Laucídio Marques (Terena), conselheiro da TI Taunay/Ipegue.

APOIO ÀS AÇÕES DE AGROFLORESTA

Assim como em outras áreas Terena, na TI Taunay-Ipegue o sistema dominante de produção é a agricultura extensiva, com o uso de maquinário, agrotóxicos e fertilizantes. Esse modelo foi imposto pelo próprio Estado brasileiro e os Terena reconhecem que esse tipo de produção, que sustenta o agronegócio, provoca o enfraquecimento da relação dos mesmos com a

Equipe do GATI e lideranças da TI Taunay-Ipegue visitam área de açudes (2014)



terra. Dessa forma, o Projeto GATI promoveu ações com base na agroecologia que respeita a produção diversificada, ecológica, com valorização de sementes crioulas e conhecimentos locais. Para tanto, foram promovidas oficinas de SAFs (Sistemas Agroflorestais) associadas à recuperação ambiental e enriquecimento de quintais e roças. A primeira delas aconteceu na 2ª reunião do Conselho Regional Deliberativo, em fevereiro de 2013, na TI Pirakuá, que contou com representantes da TI Taunay-Ipegue. A outra foi em abril do mesmo ano, em Taunay-Ipegue, e tratou dos princípios da agrofloresta e práticas de plantios.

A partir das demandas levantadas na comunidade, especificamente com as famílias diretamente envolvidas no Projeto, a consultora regional Graziella Sant'Ana elaborou propostas de implantação de SAFs que foram detalhadas e amplamente debatidas com os conselheiros e com a CR Campo Grande. As propostas seguiram para a CR Funai Campo Grande e a assim foram adquiridos materiais agrícolas, sementes, mudas frutíferas e madeiras (nativas e exóticas) e distribuídos entre as TIs Terena, entre elas Taunay-Ipegue, com cerca de 150 mudas por família.

PROJETO DE EXTENSÃO: CURSO SEMEANDO SABERES AGROECOLÓGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES INDÍGENAS.

A iniciativa foi coordenada pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e Projeto GATI, com apoio da Coordenação Regional da Funai de Campo Grande, que capacitou cerca de 60 agricultores das Áreas de Referências Terena. A iniciativa fortaleceu a comunidade estimulando a produção de alimentos saudáveis e promoveu a autogestão sustentável dos recursos naturais. O curso durou 12 meses, de abril de 2015 a maio 2016. Foi construído a partir do levantamento prévio de demandas e discussões com as lideranças e famílias envolvidas com o Projeto GATI das TIs Lalima, Cachoeirinha e Taunay/Ipegue. Abaixo estão descritas as principais as oficinas do projeto de extensão, demandadas pela TI Taunay-Ipegue:

- Oficina de compostagem e biofertilizante, ocorrida em 17 e 18 de julho de 2015, ministrada pelo professor Rogério Ferreira da Silva, da UEMS. Teve como objetivo disponibilizar insumos alternativos de baixo custo econômico, fácil aplicação, eficientes e seguros para os agricultores e o meio ambiente, visando manejo das principais doenças encontradas nos agroecossistemas indígenas. Dessa forma, basicamente, ocorreram 4 atividades: compostagem, manejo de adubos verdes, produção de biofertilizantes e produção de calda bordalesa²¹ e sulfocálcica;
- Oficina de beneficiamento/aproveitamento de mandioca. A oficina aconteceu nos dias 16 de dezembro de 2015 e foi ministrada por Inês Ortega, técnica e pesquisadora da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul (Agraer). O público alvo foram as mulheres da TI, que trocaram experiências sobre receitas derivadas da mandioca, como bolos, sucos, inhoque, doces e outras.

MICROPROJETOS

Foram apoiados os seguintes microprojetos na TI:

- Microprojeto de Construção Tradicional, sob o título “Construção de casa tradicional (Oca)”, de responsabilidade do indígena Celio Francelino Fialho da aldeia Bananal. O projeto foi implementado entre os anos de 2013 e 2014 com o objetivo de valorizar a arquitetura tradicional. O espaço recebeu o nome de “Espaços GATI na TI Taunay/Ipegue” e foi pensado para receber encontros, reuniões e cursos dos agricultores, comunidades e lideranças;

²¹ Calda Bordalesa é um tradicional fungicida agrícola, resultado da mistura simples de sulfato de cobre, cal virgem e água. Apresenta eficiência comprovada sobre diversas doenças fúngicas e também ação contra bactérias e repelência para diversas pragas. Calda Sulfocálcica é um defensivo agrícola, resultado do preparo a quente da mistura de enxofre, cal virgem e água. Apresenta ampla ação fungicida, inseticida e acaricida. É também considerada um fertilizante foliar.

- Microprojeto de Quintais Agroflorestais/ Sistemas agroflorestais/Viveiros, sob o título “Oficinas de SAFs nas TIs Cachoeirinha, Taunay/Ipegue e Lalima”, sob a responsabilidade de Lesmar Leôncio. O projeto foi desenvolvido entre 2013 e 2014 com o objetivo de promover oficinas de agroflorestas nas três Áreas de Referência Terena do GATI, cujos responsáveis foram os próprios indígenas, especialmente da TI Cachoeirinha. Participaram das oficinas uma média de 20 pessoas por TI, entre eles, agricultores, jovens, mulheres, anciões e professores;
- Microprojeto de Quintais Agroflorestais/ Sistemas agroflorestais/Viveiros, com o título “Espaço Verde-Horta Comunitária”, sob a responsabilidade de Paulo Baltazar da aldeia Lagoinha. O projeto foi realizado entre os anos de 2014 e 2015 e desenvolvido na escola de ensino médio Escola Estadual Indígena do Ensino Médio Pastor Reginaldo Miguel da aldeia Lagoinha/Taunay-Ipegue. Foi construída uma horta para a comunidade escolar que contou com o apoio das famílias envolvidas com o Projeto GATI. O microprojeto também promoveu uma oficina de planejamento e preparo do solo para o cultivo de hortaliça, cujo facilitador foi o professor Norton Hayd Rêgo da UEMS, campus Aquidauana;
- Microprojeto de Quintais Agroflorestais/ Sistemas agroflorestais/Viveiros, com o título “Agricultura Terena de forma agroecológica e diversificada”. O responsável pelo microprojeto, em 2015, foi o indígena Miguel Jordão da aldeia Esperança. Foi desenvolvido na aldeia Esperança, que é uma área de retomada em Taunay-Ipegue. Teve como objetivo o fortalecimento das práticas sustentáveis da agricultura tradicional terena, visando a soberania alimentar e a manutenção da fertilidade do solo;
- Microprojeto de Construção Tradicional, com o título “Construção de casa tradicional (Oca)”. O responsável foi Laucídio Marques da aldeia Lagoinha e as ações foram realizadas em 2015. A construção, que valoriza a arquitetura tradicional, foi chamada de “Espaços GATI na TI Taunay/Ipegue” e foi pensadora para receber encontros, reuniões e cursos dos agricultores, comunidades e lideranças.

PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS GATI

O PPP-GATI²², apoiou o projeto “Etnomapeamento da TI Taunay/Ipegue”, desenvolvido entre 2015 e 2016. Teve como objetivo realizar o etnomapeamento da Terra Indígena, com detalhamento das áreas degradadas visando a sua recuperação. O proponente foi o Itedi-Instituto Terena de Educação Intercultural.

²² O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõem as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).



Representantes do projeto "Etnomapeamento da TI Taunay/Ipegue", apoiado pelo PPP GATI, durante oficina em Brasília-DF, organizada pelo Projeto GATI (2015)

APOIO À PARTICIPAÇÃO NO III ENA - ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

“REFORÇAMOS A AGROECOLOGIA COMO A ÚNICA SAÍDA PARA A SOCIEDADE, É ACIMA DE TUDO, UM MODO DE VIDA. ELA É PENSADA NO SENTIDO DA SUSTENTABILIDADE EM TODAS AS SUAS DIMENSÕES, NÃO PODEMOS PENSÁ-LA SEM A INCLUSÃO DOS JOVENS, CRIANÇAS, MULHERES E LIDERANÇAS.”

Leosmar Antônio

O GATI também apoiou a participação de indígenas do MS no 3º Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)²³. O evento foi realizado no campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em Juazeiro (BA), entre os dias 16 a 19 de maio de 2014. Entre os participantes estavam os representantes da TI Taunay-Ypegue: Célio Fialho e Laucídio Marques. Os indígenas Terena e Guarani Kaiowá participaram de diversas atividades, em especial das oficinas que visaram fortalecer as práticas tradicionais e uso de plantas medicinais.

²³ O evento foi promovido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que é uma rede formada por movimentos nacionais e regionais, instituições, organizações governamentais, não governamentais e de base comunitária que realizam ações de agroecologia. O objetivo do encontro foi aumentar a coesão política e a expressão pública do campo agroecológico brasileiro, a fim de demonstrar a importância da sociedade brasileira apoiar a agroecologia.

RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI TAUNAY-IPEGUE

A atuação do Projeto GATI na TI Taunay-Ipegue procurou fortalecer as iniciativas indígenas de gestão ambiental e territorial em curso e até mesmo iniciar novas ações, conforme as demandas das comunidades, sempre respeitando a diversidade e conhecimento do povo Terena. E a fim dar continuidade a essas ações os Terena, conjuntamente com parceiros, conduzirão atividades em curto, médio e longo prazo que visam ampliar o debate e a reflexão da gestão ambiental e territorial tendo em vista as futuras gerações. Tais ações serão:

- Curso Superior de Bacharel em Agroecologia Indígena: A Proposta Terena – Curso Superior de Bacharel em Agroecologia Indígena, construída com apoio do Projeto GATI, é fruto de um longo processo de discussão conjunta, iniciada em 2013, entre as comunidades indígenas Terena e as instituições de MS (UEMS, IFMS, UFMS e FUNAI/CR CG/MS). Visa desenvolver a “Ação Agroecológica Intercultural”, por meio de uma educação diferenciada junto aos povos indígenas, que perpassa pelo respeito aos conhecimentos tradicionais e visa oportunizar a troca entre sistemas de conhecimentos ambientais para o desenvolvimento de uma educação contextualizada, assumindo a Pedagogia da Alternância, a pesquisa, o trabalho e a cultura como princípios educativos;
- Recuperação dos recursos hídricos com foco nos açudes e córregos. A demanda já tinha sido levantada pelos conselheiros da TI em 2012, quando estes iniciaram uma articulação com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), para auxílio na realização do estudo especializado de recuperação. O resultado do levantamento prévio concluiu que a demanda deveria fazer parte de um Plano de Gestão Ambiental e Territorial (PGTA) da TI, pois se tratava de uma ação mais abrangente, que envolveria atores e regiões que estão, inclusive, fora dos limites da TI. Para tanto, os Terena de Taunay-Ipegue incluíram a questão nas atividades de etnomapeamento financiadas pelo edital do PPP-GATI, que apontou os locais para recuperação. Sendo assim, o primeiro passo para iniciar a elaboração de um PGTA para TI já foi dado, onde não somente a demanda para recuperação dos recursos hídricos será envolvida, mas todo um conjunto de questões relacionadas à conservação da biodiversidade aliadas à ações de segurança alimentar e geração de renda.



©Ney Maciel



Representantes da Família GATI da TI Taunay-Ipegue e técnicos do Projeto GATI (2014)

O Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) contribuiu para o reconhecimento das Terras Indígenas (TIs) como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros, fortaleceu as práticas tradicionais indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais. Também promoveu o protagonismo indígena na construção de políticas públicas de gestão ambiental e territorial de TIs.

O Projeto foi uma realização conjunta entre o movimento indígena brasileiro, Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério do Meio Ambiente (MMA), *The Nature Conservancy* (TNC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF-*Global Environment Facility*).

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-60443-45-1



9 788560 443451



Articulação
MATO GROSSO



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E CIDADANIA

